



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - MAUS-TRATOS DE ANIMAIS			
EVENTO: Seminário	REUNIÃO Nº: 2492/15	DATA: 20/11/2015	
LOCAL: Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo	INÍCIO: 09h29min	TÉRMINO: 12h07min	PÁGINAS: 49

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

JANETE DE SÁ - Deputada Estadual do Espírito Santo, Presidente da Frente Estadual em Defesa dos Animais e Contra os Maus-Tratos.
HÉRCULES SILVEIRA - Deputado Estadual do Espírito Santo.
EDEBRANDE CAVALIERI - Chefe de Gabinete da Reitoria da Universidade Federal do Espírito Santo.
TENENTE-CORONEL FRANCISCO JOSÉ SILVA GOMES - Comandante da Polícia Militar Ambiental do Estado do Espírito Santo.
VIRGINIA BRANDÃO - Subsecretária de Meio Ambiente de Vitória, Espírito Santo.
LIGIA DINIZ - Protetora dos animais da Universidade Federal do Espírito Santo.
NEIDA LÚCIA VAZ - Representante da Sociedade Protetora dos Animais — SOPAES.
EVANDRO FIGUEIREDO - Líder comunitário do Jardim Camburi, Vitória-ES.

SUMÁRIO

Debate sobre maus-tratos a animais no Estado do Espírito Santo.

OBSERVAÇÕES

Seminário realizado na Assembleia Legislativa do Espírito Santo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Max Filho) - Declaro aberto o seminário que pretende discutir os maus-tratos a animais ocorridos no Estado do Espírito Santo, nos termos do Requerimento nº 96, de 2015, de minha autoria.

Anuncio a presença, na mesa, do Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito de Maus-Tratos de Animais, Deputado Ricardo Tripoli, do PSDB de São Paulo, da Deputada Estadual Janete de Sá e do Deputado Estadual Doutor Hércules, o Hércules Silveira.

A *TV Assembleia* está transmitindo ao vivo este seminário.

Orientado pela assessoria da Comissão, convido todos a se colocarem de pé para ouvir o Hino Nacional.

(É executado o Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Max Filho) - Ainda de pé, ouviremos o Hino do Espírito Santo.

(É executado o Hino do Espírito Santo.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Max Filho) - Para este seminário, foram expedidos convites para as seguintes pessoas: Exma. Sra. Deputada Estadual Janete de Sá, da Frente Parlamentar em Defesa dos Animais e contra os Maus-Tratos; Exmo. Sr. Orly Gomes da Silva, Prefeito Municipal de Guarapari; Sr. Reinaldo Centoducatte, Reitor da Universidade Federal do Espírito Santo, que se faz representar pelo Sr. Edebrando Cavalieri, que é Chefe do Gabinete da Reitoria e foi meu professor no Salesiano, a quem já convido para estar conosco à mesa, por gentileza (*palmas*); Tenente-Coronel Francisco José Silva Gomes, Comandante do Batalhão de Polícia Militar Ambiental do Espírito Santo, a quem também convido para estar conosco à mesa, por gentileza (*palmas*); Tenente-Coronel Abreu, Chefe do Centro Administrativo do Hospital da Polícia Militar e Diretor de Saúde do Hospital da Polícia Militar do Espírito Santo, que se declarou incompetente, pessoal e profissionalmente, para tratar do assunto deste seminário; Sr. Guanadir Gonçalves da Silva Sobrinho, Superintendente Estadual do IBAMA, que se desculpou pela ausência e informou estar envolvido no resgate da fauna nos Municípios de Baixo Guandu, Colatina e Linhares, em virtude do ocorrido com a barragem da empresa Samarco, em Mariana, Minas Gerais; Sr. Luiz Emanuel Zouain da Rocha, Secretário Municipal de Meio Ambiente de Vitória, que também não está presente, mas está



muito bem representado pela Subsecretária de Qualidade e Bem-Estar Animal, nossa querida Virgínia Brandão, uma das maiores autoridades do assunto nesse tema, a quem também convido para estar conosco à mesa, por gentileza (*palmas*); e o Sr. Leonardo Nunes Marques.

Peço a atenção das senhoras e dos senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Câmara dos Deputados: o tempo concedido a cada convidado será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, de acordo com o art. 256, § 2º, não podendo ser aparteado.

Antes de eu passar a palavra aos convidados, o Deputado Federal Ricardo Tripoli, Relator da CPI, vai fazer suas considerações iniciais e sua saudação a todos.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Meu bom dia a todos.

Cumprimento o estimado amigo Deputado Max Filho, membro da Comissão Parlamentar de Inquérito de Maus-Tratos de Animais, parceiro, companheiro, que tem ajudado com dedicação total à causa da proteção aos animais; a Deputada Estadual Janete de Sá, que preside a Frente Parlamentar em Defesa dos Animais e contra os Maus-Tratos e se empenhou tanto para que pudéssemos hoje estar aqui; o Deputado Hércules Silveira, que também tem se dedicado muito; a Dra. Virgínia Brandão, que é um ícone do Espírito Santo na questão da proteção aos animais; os demais membros da Mesa; as protetoras e os protetores dos animais que estão aqui. Revejo alguns, que já conheço. Estive aqui num evento, até porque o Espírito Santo tem a característica de ter um engajamento na questão da defesa dos animais.

Quero dizer do orgulho e da honra de poder estar aqui hoje. A Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Federal sai hoje de Brasília e vem ao Estado do Espírito Santo por solicitação do Deputado Max Filho. Foi aprovado, na nossa última reunião, que a Comissão estaria hoje representada no Estado do Espírito Santo, não só para aferição, mas também para busca de informações daquilo que sabemos tem sido a grande preocupação deste Estado.

Nós não somos muitos lá em Brasília. Eu quero até afirmar que, dos 513 Parlamentares que compõem a Câmara Federal, são poucos os que se dedicam à causa. Há certa estranheza ainda, há uma contracultura, não há um conhecimento



da causa da proteção animal pela maioria dos Parlamentares. Essa é uma questão a que vamos ter que nos acostumar com o tempo.

Dentro da linha da proteção dos animais silvestres, dos domésticos, dos chamados exóticos, temos verificado o trabalho do Deputado Max Filho. Eu não diria que nós não passamos hoje de 20 no universo de 513 Parlamentares. E fico muito feliz que aqui no Espírito Santo tenhamos um Parlamentar da estirpe, da dimensão, da envergadura do Deputado Max Filho, que não poupou e não poupa esforços no sentido de dar a cara a bater — costumamos dizer assim — porque ainda há um preconceito muito grande.

Boa parte dos Parlamentares vê como de menor importância a questão da proteção animal, e, quando perguntamos se há animais, os domésticos, na sua residência, na sua casa, eles percebem que há uma diferença. O animal doméstico hoje é um grande parceiro das famílias, das crianças, dos adultos, dos jovens e dos idosos.

Um dia, ao longo dos meus 30 anos de militância na causa animal, num evento, Deputado Max e Deputada Janete, eu perguntei a uma senhora de oitenta e poucos anos, que levava o seu cão para ser vacinado, por que ela gostava tanto daquele animal, e ela respondeu: *“Ele faz as suas refeições junto comigo em casa”*. Eu perguntei: *“Quando ele vai dormir, não tem problema ele pegar chuva, porque a senhora disse que mora numa casa que tem quintal?”* Ela respondeu: *“Mas ele não fica fora, ele dorme do lado da minha cama”*. Eu fiz a última pergunta a ela: *“Por que a senhora se apegou tanto a esse cachorrinho?”* E ela me disse algo que eu jamais esqueci: *“Eu vou lhe dizer uma coisa: depois que meus filhos cresceram e me abandonaram, é a única pessoa que me faz companhia”*. Ela não disse “animal” e não disse “cachorro”; ela disse *“é a única pessoa que me faz companhia”*.

Então, hoje o significado dessa causa envolve um pouco a questão humanitária no mundo. E nós vemos cada dia e cada instante os vários problemas que nós temos. Por mais revoltado que esteja, o animal é sempre um parceiro, um companheiro, um amigo. Alguém precisa, obviamente, olhar por eles.

Não é só essa a questão. Muitas vezes se imagina: *“Olha, um Deputado da proteção animal só se dedica à proteção animal”*. Não é verdade. Todos os que estamos lá na Câmara Federal já passamos por outras atividades, seja no



Legislativo, como Presidentes de Câmaras Municipais ou de Assembleias, seja no Executivo, como Secretários de Estado ou Prefeitos de grandes cidades. Essa é uma causa que chama a atenção. Ela vem crescendo com o tempo na sociedade num volume muito maior do que o da percepção dos Parlamentares no Brasil.

Eu fico muito honrado de estar aqui ao lado senhores, em especial do Deputado Max Filho, que, como eu disse, nas horas difíceis, se tem colocado ao lado daqueles que defendem de forma intransigente a causa da defesa animal; da Deputada Janete, que, como disse o Deputado Max, quando solicita alguma coisa, logo nós concordamos e dificilmente vamos deixar de aceitar um convite seu, porque ela é uma pessoa que se tem dedicado muito; do Deputado Hércules Silveira, que já nos disse que foi autor de uma lei que proíbe animais em circo aqui no Estado, uma lei que eu acho importante e fundamental.

O Deputado Max, quando Prefeito, sancionou uma lei específica, uma das primeiras, em Vila Velha. À época não nos conhecíamos, mas eu já tinha conhecimento dessa lei, porque ela foi modelo para outras cidades do Brasil. Provavelmente o Deputado Max não tenha conhecimento, mas a sua iniciativa, como dirigente do Executivo, deu uma dimensão enorme para que pudéssemos ter referências no Brasil. E isso é algo que complementa o trabalho dos Parlamentares hoje no Congresso Nacional, tanto na Câmara como no Senado.

Espero que possamos ter aqui uma profícua reunião. Levaremos daqui, através do Deputado Max Filho, que foi quem solicitou esta audiência da CPI, dados e informações do Estado do Espírito Santo, para que possamos incluí-los no relatório final, que deverá ser votado até a última sessão de dezembro.

Com certeza vai haver três indicadores no nosso relatório. O primeiro é a solicitação de votação dos projetos que tramitam no Congresso Nacional que digam respeito à causa da defesa dos animais. O segundo são recomendações aos chamados santuários que cuidam dos animais silvestres ou dos animais exóticos, no caso, os zoológicos ou outros locais onde esses animais estão hoje vivendo. E o terceiro, o mais grave, é a recomendação de indiciamento.

Vamos solicitar ao Ministério Público, tanto o Ministério Público Federal como os Ministérios Públicos Estaduais, o indiciamento de algumas pessoas, para que possamos demonstrar à sociedade que há uma legislação específica que protege os



animais e que nós teremos um instrumento muito forte, que será esse relatório, o primeiro, na Câmara Federal, da América Latina. Nós temos conhecimento também de que será o primeiro documento que irá direcionar políticas públicas voltadas ao bem-estar dos nossos animais.

Muito obrigado. E uma ótima reunião a todos nós! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Max Filho) - Obrigado, Deputado Ricardo Tripoli.

Eu quero agradecer também as citações elogiosas do Deputado Tripoli. Na verdade, ele é um grande amigo nosso; nós damos o desconto necessário.

Houve aqui, muitos anos atrás, um Deputado Estadual, o Deputado Vicente Silveira, que dizia o seguinte: *“Na política, há pedra e há dedo; há dedo que move as pedras”*. O Deputado Ricardo Tripoli é dedo que move as pedras no tabuleiro do Congresso Nacional. Ele é uma das cabeças mais influentes no Congresso Nacional. Hoje mesmo estamos encaminhando um processo da Liderança do partido, e esse processo passa pelo Deputado Ricardo Tripoli. Às vezes, ele fica por trás, mas movimentando todas as peças. É uma honra recebê-lo no Estado do Espírito Santo mais uma vez. Ele já está quase se tornando eleitor capixaba. É pré-candidato a Prefeito de São Paulo. Vamos deixá-lo lá em São Paulo.

Eu quero informar a todos que a iniciativa de fazermos este seminário hoje em Vitória, no Espírito Santo, foi uma provocação feita a mim pela Deputada Janete de Sá, que encaminhou várias manifestações de outra audiência pública realizada aqui, inclusive com a presença do Presidente da CPI de Maus-Tratos de Animais. Então, nós estamos dando sequência e consequência àquilo que foi feito lá atrás. A Deputada Janete de Sá tem encaminhado essas solicitações e, a partir dos requerimentos sugeridos pela própria Deputada, nós provocamos a CPI, que aprovou os requerimentos. Então, estamos realizando o seminário nesta manhã.

Em razão disso, eu quero passar a palavra a V.Exa., Deputada Janete de Sá, pelo tempo de até 20 minutos, para que possa expor tudo aquilo que disser respeito a essa nossa provocação, a esse nosso debate na manhã deste dia.

A SRA. JANETE DE SÁ - Bom dia a todas e a todos os presentes.



Eu quero, com muita satisfação, cumprimentar o nosso grandioso e guerreiro Deputado Federal Max Filho, que integra a CPI de Maus-Tratos de Animais, da Câmara Federal, que está hoje conosco fazendo este seminário.

Também quero agradecer-lhe, Deputado Max Filho, porque em nenhum momento V.Exa. poupou esforços para que este seminário acontecesse e nós pudéssemos dar sequência às discussões que aqui fizemos numa audiência anterior, junto com o Deputado Federal Ricardo Izar, que preside a CPI de Maus-Tratos, quando várias denúncias foram aqui recebidas e discutidas com o Deputado para que nós pudéssemos dar sequência a essa atividade. Muito obrigada pelo carinho, pela consideração e pelo respeito ao povo do nosso Estado.

Também quero cumprimentar, com muita alegria, o Relator da CPI Maus-Tratos de Animais, Deputado Federal Ricardo Tripoli.

O Deputado Ricardo Tripoli está aqui conosco também, um Deputado sério, comprometido com a causa ambiental, com a causa dos animais e, em especial, com as questões de todo nosso povo. Quero lhe agradecer por ter se deslocado de Brasília, para estar aqui conosco nesta manhã que, tenho certeza, será muito profícua, muito proveitosa e que tem como objetivo dar sequência a essas investigações.

Quero cumprimentar meu colega Deputado Estadual Hércules Silveira, que também faz parte da Frente Parlamentar de Defesa Animal e Contra os Maus-Tratos, do Espírito Santo, é o Vice-Presidente e que também atendeu o nosso convite para estarmos juntos trabalhando nessa grande demanda.

Quero cumprimentar o Prof. Edebrando Cavaliari. Falei certo, Edebrando? Desculpe-me, porque o seu nome é um pouquinho diferente, mas fica aqui o meu carinho também por estar aqui conosco, representando o Reitor Reinaldo Centoducatte, que para nós sempre será o Reinaldinho, colega nosso de muitos anos da UFES.

Cumprimento ainda o Tenente-Coronel Comandante da Polícia Ambiental Francisco José Silva Gomes — obrigada por estar aqui conosco — e a Virgínia Brandão, que está representando o Secretário de Municipal de Meio Ambiente de Vitória, Luiz Emanuel. Obrigada também, Virgínia.



Para não perder muito tempo, porque teremos uma manhã de muito trabalho, vou iniciar colocando para os Deputados que estão conosco, que vieram para cá e que fazem parte da CPI dos Maus-Tratos da Câmara Federal, o que nos motivou a abrir a Frente Parlamentar de Defesa Animal e Contra os Maus-Tratos: foram as constantes e inúmeras denúncias que têm sido apresentadas a esta Casa, em decorrência dos maus-tratos a animais no Estado do Espírito Santo.

São denúncias de todas as ordens. São denúncias de envenenamento por donos de supermercados que, ao invés de acomodarem melhor as mercadorias, preferem matar os gatos abandonados, que ali ficam na busca de um alimento. São pessoas que, por terem uma característica de perversidade, por não saberem respeitar o próximo, desforram essa característica em cima dos animais, desferem contra os animais indefesos que são vítimas de violência, de espancamento, de estupro, de envenenamento, que levam inclusive à morte desses animais.

São denúncias de redes que são lançadas no mar capixaba, na nossa costa, nas nossas praias. Nós somos um Estado costeiro, onde tartarugas e arraias são encontradas em nossas praias em quantidade significativa. Esses animais que realmente precisam da nossa proteção e são protegidos por lei são mortos. Infelizmente, no nosso entendimento, existem falhas na fiscalização, o que acaba trazendo esses transtornos colocados aqui.

Há os casos dos animais abandonados em instituições, como na Universidade Federal do Espírito Santo, como no Hospital da Polícia Militar — HPM. Ao invés de um tratamento de recolhimento, de castração ou de atenção, através até mesmo de pessoas, de professores, no caso das escolas, do grupo de profissionais que integram a universidade com o objetivo até desses profissionais que desejarem tutelar esses animais, no entanto, o que vemos é o desprezo, o sumiço, muitas vezes, de alguns desses animais ou de boa parte deles, até mesmo a proibição de alimentá-los e perversidades de todas as ordens.

No HPM, tivemos denúncias graves de o próprio corpo da Polícia Militar, responsável por aquele hospital, dar sumiço em animais e proibir que as pessoas os alimentem.

Chegam denúncias de pessoas que cortam as patinhas de gatos, de cachorros, que tentam afogá-los em rios de bairros de periferias.



É muito grande o número de denúncias, Deputado Max Filho, Deputado Ricardo. Esse número de denúncias não tem como não agredir, não afetar as pessoas de bem e a classe política ligada a essa área no nosso Estado, que não pode deixar de fazer alguma coisa.

Essas questões todas nos motivaram a nos unir aos protetores dos animais em nosso Estado. Estamos buscando saídas para essa situação. Não apenas no Estado do Espírito Santo, mas basicamente em todos os Estados brasileiros. A legislação é muito frouxa com relação a essa questão.

A penalidade, além de ser muito frouxa, é muito baixa. E a impunidade faz com que essas questões se avolumem. Não havendo a punição dos agressores, dos culpados, não se identificando os culpados, relegando a segundo plano uma questão como essa, que é geradora de amor, que é geradora de paz, porque, os senhores podem observar que as pessoas que gostam da causa animal são pessoas geradoras de amor, geradoras de paz e respeitosas. Essas pessoas conseguem conviver de maneira harmoniosa com aqueles que elas poderiam dominar, mas sabem respeitar essas diferenças e coabitar o mesmo espaço.

Então, nós estamos aqui, primeiro, para investigar essas questões. Em seguida, para cobrar e para ajudar a construir uma legislação que seja mais eficiente, que seja mais eficaz, que puna e coíba esse tipo de comportamento.

Nós estamos aqui também para poder contribuir com algumas questões que, muitas vezes, não estão na nossa alçada, mas que colocamos nesta Casa para ajudar na discussão, para que possamos, neste momento, depositá-las nas mãos de V.Exas., porque são demandas da esfera da Câmara dos Deputados e que podem ser tocadas por ela, para que possamos consolidar uma legislação mais potente, uma legislação mais eficaz.

Aqui, como contribuição desse nosso trabalho, nós apresentamos algumas questões, alguns projetos de lei que estão em tramitação nesta Casa, além das denúncias que temos acolhido, neste momento, junto com a CPI Maus-Tratos de Animais, para estar fazendo esse procedimento de investigação, neste seminário para discutir essas questões, em que apresentamos também essas contribuições que visam, no caso do projeto de lei que apresentei, proibir a realização de rinhas de cães e de outras espécies e dar outras providências.



Em nosso Estado, há rinhas não apenas de galo, mas de cães. Recebemos denúncia recentemente de que estariam usando cachorros para brigar e depois abandonavam esses cachorros em uma casa basicamente vazia, sem água, sem alimentação. Não consigo entender, porque eles eram alimentados próximo às brigas, talvez para que o animal ficasse raivoso, acumulasse energia negativa e estivesse mais potente, depois de uma superalimentação, para participar de brigas de cachorros, como fonte de entretenimento e de alegria. Acredito não ser uma pessoa sã a que coloca animais para brigar e assiste a um tipo de espetáculo pavoroso como esse. Não tenho nem palavras para dizer que tipo de espetáculo seria esse e que pessoas são essas que estão num espaço desse com tal tipo de comportamento. Então, apresentamos esse projeto que está em tramitação.

Indicamos também e fizemos incursões junto ao PPA do nosso Estado, o Orçamento, para que pudéssemos criar, no nosso Estado, a Subsecretaria de Bem-Estar Animal, agregada à Secretaria de Meio Ambiente. Poderíamos, Deputado Max Filho e Deputado Hércules, ter a subsecretaria de bem-estar animal, como evolução de um departamento que hoje existe na Secretaria de Meio Ambiente, para que ter um espaço mais adequado e com profissionais qualificados, para atender melhor a essas demandas, com delegacias especializadas para esse fim. Não precisa ser uma delegacia apenas para a causa animal, mas que poderia estar exercendo duas ou três atividades e também pudesse contemplar melhor a questão da causa animal, em espaços de maior divulgação, de melhor divulgação em todo o Estado, e não da forma que hoje é feita. Há uma delegacia aqui em Cariacica, que é um Município muito bem localizado, mas ela já é escondida. É um departamento com apenas dois investigadores para poder atender à demanda de todo o Estado. Então, os senhores hão de convir que não há muito o que se fazer, com a falta de profissional, na própria Delegacia de Meio Ambiente, que tem um departamento responsável por essa matéria.

Então, colocamos inclusive emendas, Deputado Hércules, no PPA e na proposta orçamentária, e que eu espero que sejam votadas e aprovadas nesta Casa. Também conversamos com o Governador do Estado, que teve um carinho muito grande sobre a matéria. Achou interessante a iniciativa de criar uma subsecretaria de bem-estar animal, proposta que nós também apresentamos.



Outra questão que nós colocamos é a que dispõe sobre essa criação da delegacia contra os crimes de maus-tratos e proteção dos animais, que poderia estar ligada à Delegacia de Meio Ambiente, mas com um espaço mais adequado, para que várias delas pudessem ser distribuídas em todo o Estado.

Também apresentamos o projeto de lei que dispõe sobre a proibição de permanência e utilização de animais de grande porte dentro de perímetros urbanos, em cidades com mais de 100 mil habitantes, para impedir o uso de carroças na Grande Vitória que, além de não contribuir nada para a mobilidade, escraviza os animais de grande porte na Região Metropolitana da Grande Vitória.

Também apresentamos projeto de lei — e eu quero aqui diretamente falar para o tenente-coronel — que proíbe o leilão de animais da cavalaria da Polícia Militar, no Estado do Espírito Santo e estabelece que eles devem ser doados ou terem tutores, após cumprirem a sua vida útil para o serviço militar. No nosso entendimento, não é justo que um animal que prestou serviço para a população pela Polícia Militar depois seja escravizado. Esse animal deveria ser premiado, deveria ter um tutor, deveria estar em boas condições ou se alimentando numa fazenda do Estado. Mas não, ele é castigado depois que nos ajudou, depois que contribuiu com a população. Nós também estamos apresentando esse projeto.

E, em 2002, quando eu estava entrando no meu primeiro mandato nesta Casa, fui autora da lei que definiu o único código que nós temos no Estado, ainda frágil, porque ele teve vários pontos vetados. O Código de Defesa Animal no Estado do Espírito Santo é de nossa autoria e desde 2003, ele existe — eu apresentei o projeto em 2002 —, mas infelizmente teve diversos vetos e precisa ser aprimorado junto com os protetores dos animais, para que possamos ter um código de defesa animal que realmente seja amplo e que garanta a defesa dos animais.

Então, nós estamos aqui nesta manhã para que possamos, junto com V.Exas., fazer com que essas denúncias que aqui foram apresentadas realmente possam se concretizar em atos. E, ao verificar que elas procedem, os culpados sejam orientados a não cometerem mais esse tipo de ação. E, se continuarem persistindo, que sejam punidos, Deputado Max Filho, Deputado Ricardo Tripoli, porque não é justo, não é decente, não é racional e não é respeitoso o que acontece no Estado do Espírito Santo, onde os animais são maltratados. Nós temos um



problema sério de falta de uma política pública de castração animal, de falta de uma política pública que confira e garanta o bem-estar e a saúde dos animais. É claro que aqui, quando falamos dessas questões, as pessoas muitas vezes nos questionam: *“Poxa, estão se preocupando com a causa dos animais irracionais? E os seres humanos que estão com problemas na saúde, com problemas na educação, com problemas na segurança?”* Mas nós trabalhamos nisto com muito afinco nesta Casa: o problema de saúde da população; o problema da segurança da população; o problema da educação e tantos outros problemas importantes para a população capixaba.

Mas nós não podemos nos descuidar e temos também o dever e a obrigação de tratar também da causa animal, porque, tratando da causa animal, do respeito com os animais irracionais, com os animais exóticos, com os animais silvestres, nós estaremos construindo uma política de amor, uma política de paz, uma política de respeito necessária para a sobrevivência humana, necessária para o bem-estar social, necessária para o nosso convívio e para a perpetuação da humanidade e de todos os animais que aqui junto conosco coabitam no mesmo espaço.

Por isso, é muito importante que todos os que nos ouvem nesta manhã entendam que, quando nós tratamos da questão animal, na verdade, o que estamos fazendo é buscar conferir uma harmonização maior na humanidade, para que nós, de fato, possamos viver um mundo de harmonia, um mundo de amor e um mundo de paz, como Jesus Cristo assim pregou.

Um beijo no coração de todos e que nós tenhamos uma boa manhã de trabalho. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Max Filho) - Muito obrigado, Deputada Janete de Sá.

Eu quero agora conceder a palavra também a um Parlamentar dedicado ao tema, um médico, um homem público de extrema sensibilidade social, o Deputado Hércules Silveira, com quem tive o privilégio de conviver, quando fomos Vereadores na Câmara Municipal de Vila Velha.

Concedo a palavra ao Deputado Estadual Hércules Silveira. *(Palmas.)*



O SR. HÉRCULES SILVEIRA - Bom dia a todos. Bom dia! Defensor de animais tem que ser forte, tem que dar um bom-dia vigoroso, igual à fala da nossa querida Janete, com a vibração da Janete.

A Deputada Janete, essa guerreira que tem lutado com bastante afinco e com bastante competência, tem demonstrado aqui toda a sua luta não só pela causa animal. Hoje, na condição de Presidente da Comissão de Agricultura da nossa Casa, tem feito um trabalho maravilhoso, ela está em todo lugar, todo o tempo. Ela está batendo o escanteio e fazendo gol também em todo o lugar do Estado. Então, quero dar os parabéns à Deputada Janete por essa preocupação, pela história que ela tem em nossa Casa com relação à defesa dos animais.

Eu quero abraçar o meu querido companheiro ainda de Câmara, muito jovem na época. Eu era um pouquinho mais jovem, mas ele era bem jovem: Max Filho. Ele acabou estudando mais do que eu, já foi Prefeito três vezes, só não vai ser a quarta vez se não quiser...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Max Filho) - Não, fui Prefeito por duas vezes.

O SR. HÉRCULES SILVEIRA - Duas vezes, não é? Duas vezes. *(Palmas.)* Só não vai ser pela terceira vez se não quiser. E ele pode estar certo: se isso acontecer, nós estaremos juntos, nós não vamos brigar por essa cadeira, porque nela cabe um só, e, se estiver ocupada por ele, Vila Velha estará muito bem representada. Então, esse é o nosso registro.

Eu falava, Max, com as meninas da Taquigrafia que vieram de Brasília, que nós criamos — quando eu era Presidente e você era Vereador — o serviço de taquigrafia da Câmara de Vila Velha, porque não existia o serviço de taquigrafia. E sempre falo aqui, quando me lembro do Dia do Taquígrafo: taquigrafia é o ato de se escrever na velocidade em que se fala. Então, por isso os oradores devem falar um pouco mais devagar, para que as meninas possam apanhar o que nós falamos aqui de forma melhor.

Eu quero agradecer o nosso querido Deputado Ricardo Tripoli, que deixou lá a sua São Paulo para vir aqui hoje. Nós sabemos das dificuldades que os Deputados Federais têm, que é sair de Brasília para passar o final de semana com sua família. O Deputado mostrou fotos da sua netinha de 3 anos e já ficou babando. Eu tenho um neto de 5 anos e um de 1 ano.



E também fiquei babando com o Ricardo e me mostrando, ele sabe o que é isso aqui, eu estava contando a história, são estripulias de motociclista, e o Ricardo me mostrava as fotos que eu babei ali de uma BSA 69, inglesa, com partida de quique, ainda no pedal. E outra coisa: lembrávamos que o coice que ela dava, quando não pegava e nos jogava para cima ou quebrava a perna.

E também com a inversão da marcha — não é, Ricardo? É igual à mão inglesa, é o contrário. Eu acho que, hoje, se trocarmos e dermos uma freada na hora de passar a marcha, vai ser um desastre. E quero lembrar também que, no Rio de Janeiro, há uma única rua com mão inglesa, na entrada do túnel de Botafogo. São registros que vale a pena estudarmos.

Eu tive uma BSA também, muito grande — naquele tempo não se falava em cilindrada, falava-se em cavalo de força. Então, matávamos a saudade ali. O Ricardo tem uma paixão pelas motos também. Mas isso aqui foi há uns 2 anos, e eu já estou ficando bom.

E quero dizer também ao nosso coronel já de velhos encontros, vários encontros da luta em defesa da causa animal, à nossa querida Virgínia Brandão, Subsecretária do Meio Ambiente de Vitória, suplente de Vereadora também.

Quero nominar também o Dr. Edebrando Cavaliere, representando aqui a Reitoria da UFES, a Universidade Federal do Espírito Santo.

Deputado Ricardo Tripoli, leve para Brasília um recado para o Congresso Nacional: Max Filho foi um dos Vereadores mais competentes e sérios que nós tivemos na Câmara Municipal de Vila Velha. E leve também um recado que o pai dele foi Deputado Federal, Prefeito, Governador, um dos homens mais sérios que nós temos no Estado. Leve também a informação para Brasília de que Max Filho também foi um grande Deputado Estadual, Vereador, Prefeito de Vila Velha e, hoje, nos representa muito bem lá em Brasília. (*Palmas.*)

Eu gostaria de falar o mais rápido possível. E, quando um político fala que vai falar o mais rápido possível, não é verdade, mas eu vou tentar fazer isso. Eu quero dizer que quem está compondo a Mesa não é mais importante do que quem está fora dela. Talvez aqui haja pessoas muito mais importantes do que nós aqui, pela sua luta, pela causa. Nós estamos aqui por força de um mandato, de uma condição temporária.



Agora, aquele que não tem mandato, mas que luta a vida inteira pela causa animal, naturalmente tem muito mais respeito do que nós que estamos aqui com um tempo determinado.

Eu quero me dirigir ao ex-Vereador, colega de Câmara, Jorge Carreta. Está ali o meu querido Carretinha. (*Palmas.*) Ele foi Vereador junto comigo, e o pai dele também foi Vereador junto comigo. Foi um orgulho pai e filho serem Vereadores junto conosco.

Quero lembrar também o nosso querido Rubinho Gomes, que está aqui, jornalista, que mora na Barra do Jucu.

Deputado Ricardo Tripoli, a Barra do Jucu é onde está a Ponte da Madalena, que foi homenageada por Martinho da Vila. Os barrenses têm o maior orgulho, porque a história, a cultura, a arte, enfim, estão lá na Barra do Jucu. Neymara Carvalho, pentacampeã mundial de *bodyboarding*, Kleber Galvêas, artista plástico renomado, Renato Casanova, da Banda Casaca, todos saíram da Barra do Jucu e hoje estão na Barra do Jucu, igual ao Rubinho, que está lá, e eu estou sempre lá também, com certeza.

O Max Filho, quando Prefeito, construiu a Casa da Cultura, na Barra do Jucu. Infelizmente, outra administração a transformou em um posto médico. Precisa-se de posto médico? É lógico que precisa, mas não podemos apagar a cultura. Há outros locais em que se pode fazer um posto médico. Então, eu queria fazer esse registro aqui. Por ser médico, eu acho que precisa, mas podia ser feito em outro lugar e não apagar a cultura da Barra.

Nós elaboramos aqui a Lei nº 9.399, de 2010, que proíbe a utilização e a apresentação de qualquer espécie de animal em espetáculo circense. Essa lei é da nossa autoria. Fizemos também uma indicação que resultou na criação, em 2010, do Núcleo de Proteção e Defesa dos Animais da Polícia Civil. E a Deputada Janete, agora, requer uma delegacia também muito interessante, e, se Deus quiser, nós teremos essa conquista.

Apresentamos uma emenda também, Deputada Janete, no PPA. Não foi para a criação, mas foi para alocar uma pequena verba inicial, para nós termos uma rubrica para que possamos lutar para levar mais recurso para a preservação, integração, integridade física e psicológica dos animais domésticos, educação



humanitária e conscientização da guarda responsável, utilização de bases técnicas e científicas para subsidiar os profissionais da saúde na elaboração e implementação de ações para a saúde e bem-estar animal e vigilância do abandono.

Então, nós apresentamos essa emenda ao PPA também. Temos certeza de que o Governador vai acatar e os nossos pares também. Então, essa luta é incessante.

Virgínia, eu queria fazer um registro aqui: a Regina não está presente, porque está em viagem. A Regina também tem um trabalho maravilhoso, ela nos mostrou a luta contra os maus-tratos aos cavalos. Os cavalos utilizados pela Polícia Militar, na hora em que deveriam ser aposentados, vão para o leilão, são vendidos por 50 reais, 100 reais, e ainda vão puxar carroça até morrer. Ela nos mostrou o caso de um cavalo que apanhou tanto que o seu globo ocular estava pendurado pelo nervo ótico.

Nós não podemos conviver com essa condição. Nós temos que debater com relação a isso. E eu quero parabenizar mais uma vez a luta da Deputada Janete de Sá, Presidente dessa Frente, da qual eu sou o Vice-Presidente. E esta CPI é importante. Nós temos que pegar quem trata mal os animais e fazer com que esses covardes não continuem soltos por aí.

Por último, eu queria só fazer um registro. Pergunte ao seu animal se ele está satisfeito com o dono. Você está satisfeito com o seu animal de estimação, você o tem na hora em que quer. Pergunte a ele se ele está satisfeito com você.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Max Filho) - Muito obrigado, Deputado Hércules Silveira.

Vou passar a palavra aos convidados que compõem a Mesa. Algumas pessoas manifestaram o desejo de também dar a sua contribuição.

Passo a palavra ao Sr. Edebrande Cavaliere, Chefe de Gabinete da Reitoria da Universidade Federal do Espírito Santo. *(Palmas.)*

O SR. EDEBRANDE CAVALIERI - Bom dia a todos e a todas. Em primeiro lugar, eu queria justificar a ausência do nosso Reitor, o Reinaldinho. Ele está em viagem de férias e, portanto, não tinha como vir, e a Vice-Reitora estava ocupada.



Além disso, eu tenho acompanhado, desde que cheguei ao gabinete, a questão dos animais abandonados nos *campi* de Vitória.

Eu queria cumprimentar a Mesa, os Deputados Federais Ricardo Tripoli e Max Filho. Max, para mim, é uma honra muito grande ser lembrado. Todo professor sente recompensado quando um aluno o reconhece e se lembra dele. E tenho, com muita sinceridade, muito orgulho de ter sido seu professor. (*Palmas.*)

Eu quero cumprimentar os demais membros da Mesa, a Deputada Janete, que vai ser nossa parceira, junto com a universidade. Esse é um trabalho muito importante que estamos fazendo com o Deputado Hércules Silveira, com a Virgínia e com o Tenente.

Eu venho para cá acompanhado também do responsável pela vigilância da universidade. Queria cumprimentar as pessoas que estão conosco. Como foi dito, as pessoas que estão no plenário não são menos importantes. Há pessoas aqui, principalmente da Sociedade Protetora dos Animais, que estão na luta permanente, alimentando gatos e cachorros que são abandonados na universidade. Para nós, é um prazer muito grande estar junto com os senhores nessa luta. Sabemos como isso é difícil. É um trabalho que não aparece e, muitas vezes, é até malvisto. É triste ver um alimento sendo depositado ali e alguém vigiando para roubá-lo e levá-lo para a própria casa, para alimentar seus próprios animais.

Esta CPI me trouxe uma visão muito positiva: a Assembleia planejando fazer um seminário junto com uma CPI. Muitas vezes, olhamos as CPIs sempre com a função punitiva. Esta CPI tem uma função social e educativa extraordinária. Com o seminário, acho que nós começamos a plantar boas sementes. E essas sementes precisam germinar, crescer e frutificar. Um seminário não pode parar no dia da sua realização.

Para mim, a questão animal é uma questão muito séria. Eu sou do interior, da roça. Eu nasci no meio de animais. Nós gostávamos, estimávamos os animais. Então, é uma questão muito cara. Por que é cara? Porque ela tem a ver com a vida, Janete. Às vezes, temos que filosofar um pouco. Olhando os tempos que correm, como a vida está em risco! Falamos da vida animal, mas temos que nos lembrar da vida humana e das outras vidas, como a vida do meio ambiente, a vida da terra.



Esta manhã para mim é extremamente significativa, porque nós estamos trazendo para o lugar mais público do nosso Estado, que é a Assembleia Legislativa, uma reflexão a respeito da vida. Lógico, falamos da vida animal, mas não há como separar a vida animal da vida ambiental, da vida vegetal, da vida humana. As coisas são inseparáveis. Às vezes, o homem tenta separá-las, e quebra a cara. Nós quebramos a cara, recentemente, com a questão do Rio Doce. (*Palmas.*)

A minha fala, em primeiro lugar, quer ser a expressão de um caminho já percorrido. Desde 2013, eu estou na chefia de gabinete, junto com a Prefeitura de Vitória e com a Sociedade Protetora dos Animais. Por quê? Porque nós temos um *campus*, em Goiabeiras, muito aberto, muito bonito, Deputado Ricardo, onde as pessoas vão passear no final de semana. E devem passear, e devem correr, e devem levar também os seus animais para passear e curtir o *campus* da universidade. Mas, infelizmente, muitos aproveitam que os portões da universidade estão abertos para lá abandonar seus animais.

Então, para mim, a questão animal é uma questão social. É muito bom dar um presentinho, um animalzinho que pode ser levado para casa. Depois de certo tempo, enjoados que ficamos, dizemos: *“Bom, onde é que ele vai ficar melhor? Ah, o campus da universidade é um lugar adequado, e lá ele vai ser cuidado”*. E aí se deixa o animal lá.

Eu escrevi um texto, que foi publicado na imprensa, em que eu coloco que o abandono de animais tem a ver com um problema social. Então, nós temos necessidade, sim, de educar a nossa sociedade para o devido relacionamento com os animais.

Como é que nós levamos — ou como é que a sociedade leva — os animais para a própria casa? Que cuidados temos? E como é que vamos cuidar desses animais depois que eles deixarem de ser bonitinhos? Eles vão ficar velhinhos e começar a trazer todo tipo de problema de ordem de saúde, e aí por diante. Eles também envelhecem, eles também precisam de médico, eles também precisam de remédio, e isso fica caro.

Então, esse nosso trabalho nós vimos fazendo em parceria com a Prefeitura e com a sociedade protetora dos animais. Nós temos *campi* em Alegre, nós temos um *campus* em São Mateus, também muito aberto, e temos um *campus* em Maruípe,



ainda mais aberto, porque a abertura para o hospital é a porta. Na universidade, nós temos portões abertos. Eu quero sempre uma universidade livre, de portões abertos. No dia que nós fecharmos as universidades com portões, nós estaremos aprisionando a liberdade de ir e vir dentro do conhecimento.

Nós só temos um curso de Veterinária em Alegre, portanto nós temos muitas restrições para cuidar dos animais aqui em Goiabeiras, aqui em Vitória. Nós não temos lugar para abrigar esses animais abandonados ali. Nós não temos uma rubrica orçamentária que permita dar um apoio adequado a esses animais que ali foram abandonados; nós somos vigiados, fiscalizados, pelos órgãos de controle do orçamento.

Então, junto com a Prefeitura e junto com a sociedade, nós estamos elaborando um projeto de parceria entre as três entidades. Para quê? Para que esses animais que ali estejam, em primeiro lugar, parem de procriar. Cada cadela, às vezes, dentro do *campus*, faz uma cria de 10 cachorrinhos. E ali o que você vai fazer? Há um aumento populacional dos animais. Além disso, esses animais não podem ficar em regiões ou próximos a lugares onde os nossos alunos se alimentam. Por quê? Porque junto com os animais se trazem também outras pragas, outras doenças, e aí por diante. Esses animais necessitam de tratamento, portanto necessitam de hospital, de cuidado veterinário. Esses animais necessitam parar de procriar, porque é uma geração, e você também não tem como trabalhar com a doação.

E o que é mais arriscado para nós? Esses animais ali abandonados tornam-se agressivos. Dentro do *campus* de Goiabeiras, vimos se organizarem três matilhas de cachorros. Três matilhas significam três exércitos. Um olha para o outro como inimigo, e aí começa a disputa pelo território. Ao mesmo tempo, isso põe em risco as pessoas que circulam pelo *campus* da universidade.

Então, esse é mais ou menos o quadro. As pessoas que nos acompanham sabem que isso é sério. Nós temos o risco de agressão, nós temos o risco de doenças e nós temos o problema de alimentação. Três problemas são gerados com o abandono de animais. Mas é responsabilidade da universidade? A universidade é um espaço da cidade como qualquer outro. A única vantagem da universidade é que ela está aberta, mas é um *campus* ligado ao território urbano.



Portanto, nós precisamos, sim, de apoio do poder público ou de ações de uma política pública para o cuidado com os animais. Estamos tentando fazer o que podemos, mas é difícil. A coisa não é simples. Por quê? Na medida em que retirarmos aqueles cachorros, as três matilhas, os senhores podem ter certeza de que outros cachorros irão para lá ou serão abandonados lá. Nós temos que fazer um trabalho de educação da nossa sociedade. É uma sociedade proveniente do meio rural basicamente, formada no meio rural, e não se habituou a um relacionamento com os animais na cidade. Nós temos que educar nossas crianças, nossos jovens, educar os adultos para o cuidado com os animais.

Na nossa CPI, Deputado Max e Deputado Ricardo, eu gostaria de ver uma ação educativa que nos traga alguma proposta para a educação no que se refere à questão animal. Se for necessário punir, que se puna, mas a simples punição não me parece resolver de uma maneira mais ampla a questão. Assim, gostaríamos de colocar à disposição toda a nossa competência técnica. Na universidade, nós temos isso. Nós temos curso de Medicina Veterinária, nós temos professores, nós temos área de conhecimento, e gostaríamos de nos colocar à disposição. É um problema que afeta todas as universidades que têm essa estrutura como a nossa, de *campus* aberto ou de *campi* abertos.

Então, a UFES quer colaborar, quer ser parceira, trazendo isso para que, junto com o Estado, com a Assembleia, com a Prefeitura de Vitória, possamos pensar em ações educativas, porque o que está em jogo é a vida do ambiente, é a vida do planeta, é a vida animal, é a nossa vida.

Era isso. Estamos à disposição e continuamos colaborando com os senhores.
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Max Filho) - Muito obrigado, Prof. Edebrando Cavalieri, Chefe de Gabinete da Reitoria da Universidade Federal do Espírito Santo.

Aproveitando o gancho da fala do Prof. Edebrando, quero dizer que a lei que sancionamos em Vila Velha, enquanto fui Prefeito, uma das leis pioneiras no Estado, sobretudo apontava na direção de campanhas de castração de animais. Talvez a universidade pudesse também se engajar nesse movimento, porque é preciso tirar a letra da lei e traduzir isso na prática, sobretudo para esse controle populacional de animais abandonados.



Concedo a palavra ao Tenente-Coronel Francisco José Silva Gomes, Comandante da Polícia Militar Ambiental do Estado do Espírito Santo. (*Palmas.*)

O SR. FRANCISCO JOSÉ SILVA GOMES - Bom dia a todos!

Quero cumprimentar a Mesa: o Deputado Federal Max Filho, o Deputado Federal Ricardo Tripoli, a Deputada Estadual Janete de Sá e o Deputado Estadual Hércules Silveira. Desde já, quero parabenizá-los pelas iniciativas em defesa dos animais, que são muito importantes.

Estamos aguardando ansiosamente, Deputada, esse projeto de lei em relação aos animais da Polícia Militar. Realmente, é uma grande necessidade, para haver uma destinação adequada. Infelizmente nós, como gestores públicos, só podemos fazer o que a lei nos permite. Então, aguardamos ansiosamente essa lei.

Quero cumprimentar também o Prof. Edebrando pela sua fala. Eu fiquei muito feliz, porque o resgate de toda essa relação que temos deve vir pela educação. A cultura da nossa sociedade é muito equivocada. Nós estamos trabalhando nesse sentido, mas ainda temos muito o que trabalhar. Então, é primordial trabalharmos com a questão da educação, a partir das crianças principalmente, para reverter esse quadro em que muitas vezes o animal é encarado como um objeto, como um brinquedo, para ser usado, consumido, e eventualmente descartado. É um absurdo esse tipo de visão totalmente equivocada.

Quero também cumprimentar a Virgínia Brandão, um exemplo para todos nós. Espero que possamos replicar esse exemplo dela na nossa sociedade, sempre atuando em prol do direito dos animais.

Vou fazer uma propaganda breve do nosso Batalhão de Polícia Militar Ambiental aqui, porque muita gente desconhece como nós atuamos. Começou como companhia e, hoje, é um batalhão. Existe há 27 anos, estamos indo para 28 anos de existência. Houve muita luta nesse tempo. Eu já estou na Polícia Ambiental há cerca de 20 anos. As demandas são inúmeras, porque atuamos não só em relação à fauna silvestre, mas também em relação à fauna exótica e doméstica. Nós também atuamos em relação aos recursos pesqueiros, à questão de flora, desmate, queimada, corte seletivo, degradação, poluição.

Temos atuado também nessa frente dos recursos hídricos, principalmente em relação à atual crise hídrica por que passa o nosso Estado, e em relação à crise



ambiental gerada pelo acidente com a Samarco. As minhas equipes estão diuturnamente atuando ao longo da Bacia do Rio Doce, para tentar minimizar os danos gerados por esse acidente tão grave na nossa região. Atualmente, estamos trabalhando no resgate de fauna, coletando matrizes de peixes nativos do Doce, para poder, no futuro, repovoar o rio. Então, é um trabalho bastante desgastante; são dias e noites nessas regiões para tentar desenvolver ações que possam revitalizar o rio no futuro.

A Polícia Ambiental tem todo esse viés de atuar nessas diversas áreas. A nossa atuação é focada em duas frentes: a fiscalização, que é mais conhecida — todos entendem a polícia como um órgão repressor, que está ali para prender e executar a lei —, e temos também uma forte atuação, não tão conhecida, na educação ambiental.

Nós temos várias equipes distribuídas ao longo do Estado, que trabalham tanto nas comunidades urbanas quanto nas rurais, educando nas associações de bairro, nas associações de moradores, nas escolas, em relação a essa posição, a esse comportamento social mais adequado de respeito ao meio ambiente e ao uso sustentável dos recursos naturais. Então, esse é o foco do nosso batalhão.

Hoje, o efetivo existente é de 215 policiais, e a nossa área de atuação é todo o Estado do Espírito Santo. Quando eu digo tudo, é tudo mesmo. As pessoas pensam: “É só nas áreas urbanas?” “É só na estrada?”. Não, é tudo. São as áreas urbanas, todas as áreas — vilarejos, vilas, cidades, Municípios —, mas também o meio rural como um todo, incluindo aí rios, lagoas e também o mar territorial. Então, nós temos muitas ações.

Felizmente, nossos policiais são pessoas abnegadas, que se entregam, que vestem a camisa e que fazem o que fazem porque realmente gostam. Então, é uma atividade bastante desgastante, mas prazerosa, porque nós gostamos dela, nós nos identificamos com ela — e é muito bom atuar quando nós trabalhamos com o que nós gostamos.

Em relação à questão dos animais, quero deixar aqui o registro de que, por um lado, nós temos esta ideia da educação como um resgate dessa cultura equivocada, mas, por outro lado, nós temos também que reforçar a questão da ideia da impunidade em relação às ações contra os animais. A nossa lei, infelizmente,



prevê sanções, mas essas sanções são extremamente brandas. A pena é de detenção de 3 meses a 1 ano e multa, ou seja, dificilmente vai dar em alguma coisa. Vai ser feito um termo circunstanciado, vai depois haver uma transação com o Ministério Público, e a pessoa não vai ter a prisão efetivamente. Eu acredito que nós não temos nenhum registro de algum indivíduo que tenha cometido maus-tratos aos animais e que tenha efetivamente permanecido preso. Eu desconheço que haja isso, porque infelizmente — não só em relação aos animais domésticos, mas à fauna como um todo — a lei se abrandou excessivamente.

Antes de 1998, a lei era muito criticada por ser extremamente severa, porque eram penas de reclusão que poderiam chegar até a 5 anos, e o crime era infiançável. Até hoje há pessoas que pensam que é infiançável, mas não é. E não só não é infiançável como também hoje ele é considerado um crime de menor potencial ofensivo. Então, a pessoa não permanece presa.

Por outro lado, a nossa Constituição Federal, no art. 225, em seu § 3º, prevê que tanto as pessoas físicas quanto as jurídicas, quando causam um dano ao meio ambiente, estão sujeitas a sanções penais e administrativas e ainda à obrigação de reparar o dano. Então, são três as esferas em que alguém que comete um crime ambiental muito provavelmente irá responder.

Na esfera penal, nós temos essa sanção bastante branda. Na parte administrativa, nós temos um decreto que regulamenta a lei, que prevê multas que giram entre 500 reais e 3 mil reais por animal. Infelizmente, na nossa realidade, atualmente o que vigora também nesse quesito administrativo é a impunidade, porque nós não temos instrumento hoje aqui no Estado para efetivamente aplicar essas sanções.

Hoje o Batalhão de Polícia Militar Ambiental só atua na esfera criminal. Nós não atuamos administrativamente e não temos ainda autonomia para fazer autuação administrativa. Aparentemente, a pessoa sente mais a sanção quando pesa no bolso, quando ela tem que pagar alguma penalidade, tem que desembolsar algum valor. Nós temos trabalhado até com minuta de lei de fauna para o Estado, trazendo para o batalhão essa autonomia de autuação administrativa.

Já existem outros Estados que têm isso: Santa Catarina está muito adiantada; São Paulo também já atua nessa parte administrativa. Nós atuamos durante muitos



anos com a parte administrativa com base em convênios. Inclusive, tivemos convênio com o IBAMA, com o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos — IEMA, com o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo — IDAF.

Hoje o batalhão não tem convênio e trabalha para que exista uma lei que dê a ele essa autonomia administrativa, até porque é um contrassenso, já que identificamos um crime ambiental, só fazermos a parte penal, não fazermos a parte administrativa, e depois termos que voltar àquele local — outro órgão ambiental, um retrabalho — para fazer a parte administrativa. Então, o batalhão tem conhecimento, tem autonomia, tem técnicos hábeis e capacitados para também fazer essa autuação administrativa. Aqui, no Estado, infelizmente nós não temos essa autonomia administrativa até o momento, mas estamos trabalhando nesse sentido, para que ela ocorra.

Ainda em relação a essa parte administrativa, existem outras situações que podem ensejar a responsabilização do infrator na terceira esfera, que seria a reparação do dano. Então, temos que também analisar formas de que esse eventual infrator repare o dano causado. Por que nós vamos trabalhar com isso? Por que, via de regra, também não acontece isso; via de regra, não há reparação do dano. Principalmente nos crimes contra a fauna não existe essa reparação.

Nós, inclusive, fizemos um trabalho pioneiro aqui na região serrana, junto com o Ministério Público e ONGs, focado nos infratores. O infrator era obrigado a atender essas esferas normais e, além disso, a participar de palestras de educação ambiental e de mutirões de recolhimento de lixo, de limpeza de rio. Então, nesses mutirões, tivemos a oportunidade de trazer o infrator para outra visão. O indivíduo que caçava, que estava desmatando, que estava queimando, passou a participar de atividades que revitalizavam o ambiente onde ele vivia. Ele passou a ter uma outra ótica, tanto é que muitos infratores, mesmo depois de terem cumprido a pena que lhes cabia — tantas horas de atividade em trabalho voluntário —, continuaram nesses mutirões, revitalizando nascentes, fazendo a limpeza de rios, porque entenderam a importância de ter uma visão mais adequada em relação à questão ambiental.



Em relação à questão pesqueira, o batalhão também atua na fiscalização de pesca, tanto por terra — nas peixarias —, como também nos rios, lagoas e no mar territorial. Obviamente isso envolve também toda uma questão social e econômica. Nós temos muitos pescadores profissionais que dependem da atividade pesqueira, e muitas vezes no meio desses pescadores existem alguns, profissionais ou não, que se aventuram, colocam redes em locais inadequados, em locais proibidos, ou em períodos proibidos, gerando danos significativos à fauna. Com isso, nós temos mortandade de tartarugas, de arraias — como ocorreu recentemente.

Nós temos trabalhado incansavelmente para poder minimizar esses impactos, porque efetivamente a fiscalização não dá conta disso. Não há como, a extensão do nosso litoral nós é imensa, e não podemos cobrir tudo. Só aqui, na Grande Vitória, já é um mundo para nós fiscalizarmos. Mas temos trabalhado diuturnamente para tentar minimizar esses impactos.

Obviamente, temos esse impacto da pesca, mas temos também outros impactos que resultam dessa cultura equivocada e desse modelo de desenvolvimento equivocada que a nossa sociedade adota, em que se produz uma quantidade absurda de lixo, e esse lixo vai para o nosso litoral. Aí a tartaruga vai engolir uma sacola plástica e vai morrer do mesmo jeito. Esse é um problema seriíssimo.

Produzimos o esgoto, mas não sabemos para onde ele está indo. Às vezes, há uma rede coletora de esgoto, mas a pessoa não faz a ligação do esgoto, e esse esgoto acaba indo para o nosso litoral, para o nosso rio, o rio do qual depois a água vai ser captada para ser tratada e nós consumirmos. Para isso, nós temos mais ou menos aquele ditado de que *“nós estamos cusindo no prato em que comemos”*. Nós poluímos o rio com lixo, dejetos de esgoto, resíduos industriais, agrotóxicos, para depois fazer a captação dessa água e tratá-la para o consumo humano. É um absurdo também que nós adotemos essas posturas equivocadas. Como eu disse, temos muito ainda que evoluir.

Obviamente, 30 anos atrás, quando nem existia o Batalhão Ambiental, a realidade era outra. Os educadores ambientais daquela época falavam: *“Gente, vai acabar a água!”*; *“Gente, vai acabar a mata!”*; *“Nós vamos ficar sem água!”*. Eles eram ridicularizados, chamados de “profetas do fim do mundo”. Mas, hoje, nós



estamos vendo que não está havendo água, não existe água suficiente, e que os rios em poucos anos sofreram uma queda absurda tanto na quantidade como também na qualidade de água. Então, nós temos que reverter esse quadro, e só com o envolvimento de todos, de toda a sociedade, nós vamos conseguir isso.

Prosseguindo, gostaria também de citar que o batalhão tem atuado muito na parte penal, lavrando termos circunstanciados de crimes ambientais. Essa é a parte que nos cabe obviamente, mas é importante também que seja dado continuidade a esses termos circunstanciados de maus-tratos a animais, porque há essa possibilidade de o termo simplesmente ficar engavetado e não ocorrer a continuidade das ações inicialmente desenvolvidas. Então, toda a cadeia que envolve tanto o processamento penal e administrativo como também a reparação do dano deve estar fluindo. Temos que criar mecanismos para que isso realmente ocorra e nós eliminemos essa ideia da impunidade.

Também devemos focar no resgate cultural de bons tratos aos animais, de respeito aos direitos dos animais. Ontem mesmo foi o Dia da Bandeira, e no inconsciente coletivo da nossa sociedade, apesar de a bandeira herdar as cores do Império, há a ideia de que o verde representa as matas, o amarelo, nossas riquezas, e não vemos espaço na bandeira para a nossa fauna. Infelizmente, também no dia a dia a nossa cultura exclui a fauna. A fauna é menosprezada, é considerada como de menor importância, assim como as questões ambientais. Dentro das prioridades, via de regra, as questões ambientais estão quase que em último lugar. Mesmo quando ocorrem essas crises de falta de água, de escassez, a nossa sociedade não encara ainda como prioridade o meio ambiente.

É curioso: nós fizemos uma pesquisa alguns anos atrás em relação aos infratores contra o meio ambiente. Nós pesquisamos infratores que tinham desmatado, queimado, cortado a Mata Atlântica. Fizemos vários questionamentos sobre a motivação, o que tinha fomentado aquela ação, aquele dano que eles haviam desenvolvido, e uma das questões é se eles eram favoráveis à preservação da Mata Atlântica. E, acreditem, 100% dos infratores falaram que eram favoráveis à preservação da Mata Atlântica. Então, as pessoas acham que o meio ambiente e a fauna devem ser preservados, mas não é aquele meio ambiente onde ele está, não. Eles pensam que meio ambiente é a Amazônia, é uma mata distante.



O meio ambiente é onde estamos. Os animais que devem ser preservados são os animais que estão em contato conosco, onde nós estamos. O respeito à fauna é também o resgate desses valores de socialização, de respeito à cultura, de respeito ao próximo. A fauna é extremamente importante.

Quero destacar isto: uma sociedade que respeita a fauna respeita também a criança, respeita o próximo, respeita a educação, e é através desse respeito à fauna que nós vamos resgatar esses valores que estão perdidos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Max Filho) - Obrigado, Tenente-Coronel Francisco José Silva Gomes, Comandante da Polícia Militar Ambiental do Estado do Espírito Santo.

Concedo a palavra à Sra. Virginia Brandão, Subsecretária de Meio Ambiente do Município de Vitória. (*Palmas.*)

A SRA. VIRGINIA BRANDÃO - Bom dia a todos!

Estou satisfeita de estar aqui mais uma vez falando com os senhores, presente a uma agenda como esta. Desculpem a voz — ela vai acabar. Talvez nem em 20 minutos eu consiga falar tudo, mas vou ser rápida, principalmente depois da fala da Janete e de todos os demais que se apresentaram aqui. Foi tão completa a fala dela, ela abordou tantos aspectos do nosso trabalho, de uma forma tão consistente, que eu tenho pouco a acrescentar àquilo que ela falou.

Mas eu queria lembrar aos senhores o seguinte: da minha cabeça não sai, jamais vai sair, uma frase que marcou a passagem do século passado para o nosso. Não sei se os senhores se lembram de que, no final do século XX, começaram a acontecer algumas ações, algumas reuniões em nome da defesa do meio ambiente. Nós tivemos a Eco 92, o Protocolo de Kyoto, e uma série de coisas.

Perto do final do ano de 1999, passagem para 2000 — não me lembro exatamente do ano em que ocorreu —, aconteceu uma reunião em um dos países nórdicos da Europa, onde se reuniram os grandes ambientalistas da época. A última sessão deles culminou com uma proposta do organizador, dizendo para a plateia: “*Vocês que estão aqui discutindo aqui o ambiente, a natureza, o nosso planeta, poderiam criar uma frase que identificasse bastante bem o momento que estamos vivendo*”. E cada um fez a sua sugestão.



Da frase que foi vencedora — talvez eu não consiga reproduzi-la — a ideia era a seguinte: *“Nós estamos aqui querendo fazer um melhor planeta para os nossos filhos, mas será que não é melhor fazer melhor os filhos para o nosso planeta?”* Essa foi uma frase que marcou a passagem do século. Isso justifica tudo aquilo que nós estamos fazendo esses anos todos: buscando deixar a população mais preparada, com educação ambiental, para nós defendermos aquilo que temos, que é a natureza, a terra da gente.

Tudo que nós estamos vendo nos últimos tempos prova que, enquanto nós não fizermos isso, nós não resolveremos nada. Nós estamos com problema hídrico; essa vergonha está acontecendo hoje na nossa terra em relação ao Rio Doce; nós vemos as coisas custarem a acontecer, com dificuldade de andar, quando buscamos alguma coisa ligada à proteção dos animais, ao combate dos maus-tratos.

Eu quero lembrar aos senhores que a Sociedade Protetora dos Animais do Espírito Santo — SOPAES existe desde 1998. A nossa gestão começou em 2006; estamos fazendo 10 anos no ano que vem. É claro que tivemos muita dificuldade para conseguir qualquer coisa em relação à proteção dos animais. Eu me lembro da ajuda do Deputado Max Filho, mas me lembro de portas fechadas na minha cara na administração de Vitória. Eu, em Vitória, tive a proteção e a ajuda de uma pessoa, de um Parlamentar, em Vila Velha. Nós tivemos muita dificuldade em mostrar à população que nós precisávamos nos unir e fazer um grande grupo de protetores de trabalho voluntário. Eles hoje estão representados aqui por 10 ou 12 pessoas, que são as mesmas sempre, que acompanham nosso trabalho e nos ajudam a ir adiante.

Na gestão atual da Prefeitura de Vitória, nós conseguimos algumas conquistas. Eu sei que, como protetora, eu também penso como os outros protetores: foi muito pouco ainda, foi muito devagar, muito pouca coisa foi conquistada. Sem dúvida, queríamos muito mais do que isso, mas nós tivemos uma transição muito rápida nesses últimos anos. Em 2013, quando começou a nova administração de Vitória, ninguém falava em proteção dos animais no poder público de Vitória. Nada, não existia essa expressão. Nós tínhamos, antes disso, algumas iniciativas pontuais, como a do Deputado Hércules, como a da Deputada Janete de Sá, mas ainda não tínhamos um trabalho organizado.



Nós fomos chamados a participar da organização do planejamento estratégico desta administração, que inseriu, pela primeira vez, na Prefeitura de Vitória, um projeto para o bem-estar animal, que ainda era saúde e bem-estar animal, porque nós ainda estávamos atrelados à Secretaria de Saúde, nós ainda não tínhamos nada criado na Secretaria de Meio Ambiente. Vocês lembram quando é que a Secretaria de Meio Ambiente agregou o bem-estar animal? Há menos de 1 ano. Nós temos, há menos de 1 ano, o bem-estar animal na Secretaria de Vitória.

Então, o que acontece? O projeto foi incluído na gestão do Prefeito, o que aconteceu em 2013. A Subsecretaria de Bem-Estar Animal foi criada no fim de 2014, e a nossa numerosa equipe de três pessoas foi nomeada há 9 meses. Foi pouco, não foi? Sim, mas foi significativo. Hoje nós existimos na Secretaria de Vitória e, por isso, já estamos conseguindo levar um pouco mais de entusiasmo às outras secretarias da Grande Vitória — a gente fala com as pessoas.

Hoje a Deputada Janete de Sá deu uma notícia maravilhosa: está sendo criada, em âmbito estadual, uma Subsecretaria de Bem-Estar Animal. Isso representa crescimento, mas, para vocês terem ideia da dificuldade de se gerenciar — embora seja só em Vitória — uma Subsecretaria de Bem-Estar com três pessoas, nós temos uma enorme demanda de denúncias de maus-tratos por dia. Temos aqui a nossa colega Carol, que trabalha conosco — essa é a número 2, a número 3 não está aqui hoje, está trabalhando em outra ação —, que é testemunha, porque acolhe denúncias de maus-tratos. Ela faz muito esse trabalho.

Como é que nós vamos fazer? Nós não temos equipe, nós não temos dinheiro, nós não temos lugar para levar esses animais e oferecer-lhes cuidados. Então, este trabalho de atendimento de denúncias de maus-tratos é muito difícil de ser feito. O que a gente faz, quando pode? A gente vai à pessoa, a gente visita, a gente faz a fiscalização e procura conduzir uma melhora daquela pessoa com aquele cachorro, porque, se a gente tiver que tirar o cachorro dali, a gente não tem onde botar.

É um trabalho que está se iniciando com muita dificuldade ainda. E a CPI, criada pela Deputada Janete de Sá, vai nos ajudar muito a resolver estes problemas. Hoje nós temos alguns grandes problemas sendo discutidos aqui, como foi enumerado pela Deputada. Temos de dez a doze ocorrências por dia, e não



podemos fazer mais do que orientar, fingir que não estamos entendendo a agressividade do dono, procurar ver se, com ele mesmo, a gente consegue manter o animal ali. Isso é muito difícil para nós, que somos protetoras, porque o a gente queria era dar um tiro numa pessoa que faz uma coisa dessas, mas não podemos fazê-lo porque não temos onde colocar o animal.

Então, tudo o que nós estamos fazendo hoje é questão de tempo, infelizmente é uma questão de tempo. O representante da Polícia Ambiental acabou de dizer isso. Nós temos um monte de coisas para fazer, ele tem duzentas e tantas pessoas, eu tenho três. Hoje nós estamos envolvendo a fiscalização da Secretaria de Meio Ambiente para os Manguezais — especificamente faziam isso — para nos ajudar um pouquinho. Mas é um trabalho lento; devagar ele vai se consolidando.

Nós esperamos contar com a UFES, para fazer um trabalho legal lá. Eu sei que vocês não têm lá uma rubrica específica para isso, mas nós também não tínhamos na Prefeitura de Vitória — criamos isso. Nós temos que brigar contra as dificuldades que nós temos, e não esperarmos que se faça tudo como hoje está montado. Vamos trabalhar para que a Universidade Federal do Espírito Santo crie uma rubrica para isso, para fazermos um trabalho conjunto muito benfeito, porque nós temos protetoras aqui que estão dispostas a fazer muito pelos animais. E lá temos muitos animais que podem receber essa ajuda.

Eu não vou me estender muito porque a voz está acabando. Mas eu quero agradecer a presença das protetoras que estão aqui sempre conosco. Nós, há 3 ou 5 anos, não imaginávamos que tivéssemos um tema do nosso trabalho representado aqui dessa forma, com dois Deputados Federais que estão batalhando por nós em Brasília, com dois Deputados Estaduais que estão batalhando por nós no Estado, e com nosso trabalho na área municipal de Vitória. É o que podemos fazer. Que continuemos fazendo esse trabalho com dedicação, porque vamos cada vez caminhando mais.

Obrigada pela atenção de todos.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Max Filho) - Muito obrigado, Sra. Virgínia Brandão, Subsecretária da Proteção Animal do Município de Vitória.



Eu quero anunciar a presença da Sra. Yara Guimarães, da ONG Amizade é um Luxo — AAMAR.

Duas pessoas solicitaram uma intervenção na plenária. Eu vou conceder a palavra à Sra. Ligia Diniz, protetora dos animais da UFES, e depois à Sra. Neida Lúcia Vaz. Assim, retornamos à Mesa para os encaminhamentos finais.

A SRA. LIGIA DINIZ - Bom dia a todos. Agradeço a oportunidade de estar aqui, agradeço ao Deputado Federal Max Filho e à Deputada Janete de Sá. Com muita honra, recebemos o Deputado Federal Ricardo Tripoli, que, para nós, é um exemplo na proteção animal, um exemplo na condução de como devem ser tratados os animais.

Eu sou protetora, sou arquiteta formada pela UFES em dois cursos superiores: Artes Plásticas e Arquitetura. Por que eu decidi cuidar dos animais na UFES? Eu decidi porque amo os animais, porque me considero protetora deles e porque quero devolver à universidade aquilo que a universidade me deu. Então, para mim, é uma retribuição ao que a universidade fez por mim, porque, graças ao que eu aprendi na universidade, eu tenho uma profissão e posso, através da minha profissão, cuidar dos animais.

Eu estou aqui hoje para, primeiramente, fazer uma homenagem a dois animais que recentemente, há menos de 2 meses, foram mortos na Fernando Ferrari, por negligência e por ataque de uma servidora da Universidade Federal. Ela soltou bombas e, por esse motivo, os animais foram mortos, atropelados, na Fernando Ferrari. Eles ficaram desesperados. Dois deles ainda estão em Canteiros, em Jardim da Penha — eu não consigo fazê-los voltar de forma alguma para a Universidade Federal, coisa que também eles não querem. Mas, é em homenagem a esses animais — a Gorducha e a Mãezinha — que eu estou aqui. Dois animais mortos na Fernando Ferrari.

Eu agradeço muito as palavras do Chefe de Gabinete Edebrande, mas não são três matilhas. Há uma única matilha na UFES, com 19 animais. Hoje nós temos ao todo, na UFES, sete animais. Os outros foram mortos. Esses animais se dividiram exatamente por serem maltratados ali dentro. Inclusive, nós estamos aqui nesta sessão para falar do que tem sido feito, porque o que tem sido feito não é nada, absolutamente nada. Há 1 ano, exatamente em setembro, foi assinado um termo de



responsabilidade entre a Prefeitura de Vitória, a Universidade Federal do Espírito Santo, as OPARs e nós protetores — 1 ano! De lá para cá, que eu saiba, somente eu tenho ido à UFES para alimentar esses animais, cuidar das doenças que eles estão tendo e tentar, com todas as forças possíveis e imagináveis, preservar a vida deles. Mas isso é muito pouco. Por quê?

Eu acho que uma casa cujo papel fundamental é a educação teria como responsabilidade principal a educação: educar as pessoas que não podem abandonar os animais, não podem principalmente maltratá-los. Mas nós vemos servidores da universidade maltratando os animais, como eu já relatei. Inclusive, estamos aqui hoje não para falar das coisas belas, e sim para dizer que animais foram emparedados na universidade. A propósito, hoje eu entreguei à Deputada Janete de Sá as provas desse emparedamento, coisa que o Ministério Público Federal não quis acatar porque disse que era muito pouco. É muito pouco para ele se importar. Pouco? A perda de vidas, emparedadas, com requintes de crueldade, é pouco? Não, não é pouco.

Nós estamos vendo coisas incríveis neste País. A SAMARCO é prova disso. Como uma empresa de iniciativa privada acaba, devasta — a expressão é esta — um rio inteiro. Não havia só vidas humanas, mas a vida de animais, a flora, a fauna, tudo! Nós estamos calmamente esperando o que vai ser feito. Acho que a sociedade tem que dar um basta a tudo isso. São vidas e mais vidas que estão sendo devastadas, e o pior disso tudo é que não é de um dia para o outro que isso será recuperado, se é que vai ser recuperado algum dia.

Tudo isso que eu vejo é fruto do descaso. Não existe rubrica? Vamos criar a rubrica. Na Universidade de Pernambuco existe rubrica para alimentar e cuidar dos animais da universidade, em todos os *campi*, não só no *campus* principal, não. Como a Universidade Federal do Espírito Santo faz vista grossa? A gente pede que se construa um simples comedouro para os animais comerem dignamente — eles também se alimentam, eles comem. Eu tenho que ir todo dia lá tentar ver se eu consigo alimentá-los com um pouquinho de dignidade, porque roubam e chutam as vasilhas, destroem os abrigos que eu faço. Mas não se tem dinheiro. Amanhã, depois, depois, depois... É uma luta da qual os senhores não têm noção.



Eu saio todos os dias do meu escritório, onde eu trabalho o dia inteiro, para alimentar esses animais, e a universidade é incapaz de enxergá-los, tanto é que eles não sabem quantos animais existem lá dentro. (*Palmas.*)

Eu luto há 5 anos — são 5 anos que eu me dedico a esses animais. O meu sonho maior não é só a captura desses animais, mas que eles sejam vistos, enxergados e respeitados. Isso é tão simples, é um papel de educação! Eu acho que a palavra fundamental que tem que existir neste País é educação, e não existe.

Eu gostaria muito que eles apenas fossem enxergados, porque, no momento em que eles fossem enxergados, eles, com certeza, seriam respeitados. Mas, infelizmente, eles não são. Inúmeras reuniões foram feitas, e nada foi resolvido.

A denúncia da servidora jogando bombas também foi feita. Até hoje eu não recebi um telefonema sequer de ninguém: de autoridades, da UFES, de ninguém. “*Olha, Ligia, nós estamos averiguando. Olha, Ligia, nós estamos tentando ver o que aconteceu*”. Não. Os animais estão morrendo na Fernando Ferrari, e nada é feito.

Há exatamente 1 mês, foi abandonada na UFES uma caixa com cinco filhotes, ao lado do abrigo onde eu faço a alimentação dos animais. Cinco filhotes em condições precaríssimas, com sarna, bicho-de-pé, tudo o que é possível. Obviamente, eu não poderia fechar os olhos para esses animais. Eu os recolhi, e hoje eles estão numa clínica particular, custeada por mim. Eles estão lindos, maravilhosos, saudáveis, prontos para a adoção.

As imagens de câmeras que estão na UFES para fiscalizar ou, pelo menos, registrar o que ali acontece foram requisitadas. Eu não tenho relato nenhum — nada, nada. Eu tirei, do início do ano para cá, 17 animais, 17 bebês, todos custeados por mim, e ainda tenho cinco porque eu não consegui adoção para eles.

É muito cômodo colocar na responsabilidade do outro aquilo que é de si. A universidade, queira ou não queira, tem a tutela desses animais que já nasceram na universidade. Mas infelizmente...

Eu gostaria de terminar agradecendo e pedindo que haja realmente uma modificação em tudo isso. Deputado Ricardo Tripoli, eu peço a V.Exa. que promova leis realmente mais eficazes, para que se cumpra a legislação e se faça algo para que, de fato, nós possamos fazer uso dela, porque é muito difícil para nós.

Muito obrigada. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Max Filho) - Obrigado, Ligia Diniz, protetora dos animais da UFES.

Caso a Sra. Neida Lúcia queira usar o microfone para fazer aparte, pode fazê-lo ou pode vir à tribuna. *(Pausa.)*

A SRA. JANETE DE SÁ - Neida, querendo vir à tribuna, fique à vontade.

A SRA. NEIDA LÚCIA VAZ - Está ótimo. Aqui é menos inibidor e fica mais informal. A gente não tem tanta prática.

Gente, bom dia. Bom dia à Mesa. Eu vou ser bem breve, para não levar o gongo. Como tudo já foi falado e debatido aqui, eu queria me ater especificamente à questão do HPM.

Eu estou indignada porque uma pessoa, uma autoridade é chamada por uma CPI, que é composta de autoridades, e a pessoa justifica que não vem porque não tem a competência de falar sobre o assunto. *(Palmas.)* Que autoridade é essa que não pode vir perante uma Comissão para, pelo menos, responder pelos cães do HPM? Para onde foram os 15 animais, que todo mundo sabe que foram mortos?

Ela não tem a competência para vir aqui, mas teve a competência de me agredir verbalmente, de chutar as vasilhas de todos os animais e de cometer atos de crueldade com eles.

Então, o que eu queria pedir encarecidamente aqui é que esses animais tivessem a representação; que uma pessoa, que uma autoridade, como o tenente-coronel da PM se dispusesse e respeitasse esta Comissão; que viesse, fosse inquerido e dissesse o porquê desses animais não estarem mais lá.

Era só isso que eu queria pedir. Agradeço a oportunidade de estar aqui dando voz a esses animais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Max Filho) - Obrigado, Neida Lúcia Vaz, representante da Sociedade Protetora dos Animais — SOPAES.

Eu vou transcrever, na íntegra, pelo menos a parte específica que o tenente-coronel registra, através de *e-mail* encaminhado à assessoria da Comissão Parlamentar de Inquérito, quando ele diz textualmente:

“Assim sendo, considerando-me incompetente pessoal e profissionalmente para tratar do assunto, declino ao convite e agradeço a atenção, colocando-me à disposição da Câmara dos Deputados do Brasil.”



Então, textualmente, foi o que ele escreveu.

Vamos à última intervenção da plenária, solicitada pelo Evandro, líder comunitário de Jardim Camburi.

Cadê o Evandro?

O SR. EVANDRO FIGUEIREDO - Sr. Presidente desta CPI, Deputado Max Filho; Deputada Janete de Sá, Presidente da Frente Parlamentar; Deputado Dr. Hércules e todos os membros que compõem esta Mesa, bom dia! Bom dia a todos os protetores que estão presentes nesta reunião!

Queria parabenizar o trabalho que tem sido feito na Assembleia, não só com a Frente Parlamentar, mas com todos os projetos que têm sido protocolados pelos Deputados aqui.

A Deputada Janete de Sá tem sido perscrutora, juntamente com o Deputado Dr. Hércules e também com o Deputado Marcos Bruno, que têm sido militantes nessa causa. A gente parabeniza o trabalho.

Eu queria destacar um pouquinho a questão do objeto desta reunião. Eu acho que foi muito bem falado aqui pela Lígia. Essa reunião a gente sabe que tem um intuito. Esse intuito era ouvir as pessoas que foram denunciadas por maus-tratos, nesta CPI.

Eu queria fazer um adendo, em primeiro lugar, à fala do chefe de gabinete do Reitor. Não sei, talvez por não militar na causa, por não entender, nós não temos problemas de animais domésticos abandonados, isso é minoria. Nós temos problema de animais domésticos abandonados em ruas, por falta de castração animal. Uma população que cresce a cada dia. (*Palmas.*)

Não são pessoas que abandonam animais. Essa informação destoa da realidade. Então, a gente pede que haja, por parte de todas as Prefeituras do nosso Estado, um efetivo trabalho de castração animal.

A Prefeitura de Porto Alegre fez esse dever de casa e hoje eles estão conseguindo reduzir a população de animais de rua. Então, que sirva de lição para o nosso Estado aprender com essas boas práticas que têm sido feitas em outros Estados.

Quero fazer um pedido ao Relator da CPI, Deputado Ricardo Tripoli. Eu acho que quem é protetor, quem conhece o seu trabalho, sabe a luta que o senhor tem na



defesa dos animais. Então, eu tenho certeza de que o senhor, até por ser de outro Estado, não tem tanta dificuldade em atender a esse pedido que eu lhe faço, que é o de pedir a convocação das pessoas que não compareceram aqui hoje. (*Palmas.*) E, se necessário for, que elas possam ser conduzidas pela Polícia Federal, porque a CPI tem essa prerrogativa de convocar coercitivamente. Por quê? É um desrespeito muito grande. Os protetores vieram aqui, fizeram as denúncias, tiveram a coragem de vir aqui fazer a denúncia. Nenhuma denúncia é anônima, diga-se de passagem. Todas as pessoas que colocaram suas denúncias aqui colocaram com nome. Então, eu acho que se faz necessário que essas pessoas tomem coragem e façam o enfrentamento daquilo que foi colocado. Até porque a gente sabe que a Justiça do nosso País ainda não entende maus-tratos como crime danoso.

A própria Câmara dos Deputados tem discutido projeto de lei de autoria do Deputado Ricardo Izar que quer transformar os animais em pessoa jurídica e não mais em coisa, para que a gente possa tratar os animais com o devido respeito, porque eles não têm voz. Então, eles não podem falar. Eles não têm ninguém. Se não for o ser humano, se não forem esses protetores que dão a sua vida, eles não podem se defender. Apanham calados e ficam atônitos diante dessa situação.

Então, a gente pede que essa lei seja aprovada na Câmara dos Deputados e que a CPI possa nos ajudar no indiciamento dessas pessoas, sugerindo, no relatório final, ao Ministério Público, que faça o indiciamento, porque a sensação de impunidade para quem maltrata os animais é muito grande. Eles simplesmente sabem que não vão ser punidos. Talvez por isso até não compareçam a esta CPI porque sabem que não vai dar em nada ou acham que não vai dar em nada. Então, eu acho que a CPI pode exercer esse papel de colocar no seu relatório final todas as denúncias que foram feitas.

Eu tenho acompanhado um pouquinho o trabalho da CPI no Brasil todo. Eu posso garantir, com firmeza, que poucos Estados fizeram tantas denúncias quanto o Estado do Espírito Santo. Nós fizemos denúncias sólidas, denúncias claras.

Da mesma forma, eu aproveito a minha intervenção para também pedir ao comandante da Polícia Ambiental: precisa haver um reforço. Sei que o IBAMA está lá agora na questão de Mariana, com a lama tóxica, como bem foi falado aqui pela Ligia. Que depois que for feito todo o acomodamento das pessoas, o



restabelecimento da água, que possa haver uma punição exemplar para o Presidente daquelas empresas, porque eles destruíram toda uma fauna e uma flora, e nada aconteceu com os Presidentes dessas empresas. Eles estão impunes, andando pela rua.

Aí um pobre cidadão — pobre, não, porque também está errado — vai lá e mata uma capivara, a Polícia Ambiental o prende e ele fica lá com o crime inafiançável. Enquanto isso, o Presidente da Samarco anda pelas ruas livremente, rindo da cara dos moradores, porque eles têm seguros bilionários que vão cobrir os prejuízos que eles cometeram no Rio Doce.

Então, a gente pede para a Polícia Ambiental fazer um reforço na pesca predatória no nosso litoral. A cidade de Vitória viveu, nos últimos 3 meses, uma situação que deixou todos atônitos: 48 arraias apareceram mortas na praia de Camburi, no mês de agosto; 15 dias depois, 30 dias depois, foram mais 8 tartarugas, tubarões, e novas arraias apareceram. Por quê? Porque está havendo a pesca predatória, e essas pessoas não estão sendo punidas por realizarem aquela pesca predatória. Então, a gente pede que seja feito um esforço coletivo entre a Polícia Ambiental, o IBAMA e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente para que comecem a fiscalizar.

A prática é simples. Eles vão à noite, deixam as redes. Como a praia de Camburi é poluída, ninguém nada mesmo; então, quase ninguém vai para a praia e não vê as redes. E aí o que acontece? Um grupo de canoístas foi praticar canoagem, na manhã seguinte, e viram dezenas de redes que lá estavam colocadas. Então, a gente pede um reforço para que isso seja de fato combatido.

Da mesma forma, eu queria finalizar a minha fala destacando o trabalho desses protetores. Talvez, se não fosse o trabalho dos protetores, os animais hoje estariam sofrendo muito mais. Então, a gente pede para que não só uma rubrica no Estado seja destinada para práticas de políticas públicas de bem-estar animal, mas também para dar apoio a muitas ONGS. Muitas delas já têm registros. Muitas delas, Deputado Max Filho, têm emendas federais. Inclusive muitas delas já possuem seus CNPJ. Muitas delas estão habilitadas hoje a receber o recurso Federal. Muitas delas estão habilitadas a receber o recurso Estadual. Então, a gente pede que, se também fosse possível, que fosse feito um aporte para essas ONGS, porque elas fazem o



papel que deveria ser feito pelo poder público. Elas só atuam da forma que atuam porque o poder público se faz ausente no combate ao bem-estar animal.

Muito obrigado. Bom dia a todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Max Filho)- Muito obrigado, Evandro Figueiredo, líder comunitário de Jardim Camburi.

Foram várias manifestações também da plenária após termos ouvido os convidados. Nessa última fase, já encaminhando para o encerramento, concedo a palavra ao Relator da CPI, Deputado Ricardo Tripoli, para suas considerações a respeito desta audiência, deste seminário.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Eu gostaria, inicialmente, de agradecer a presença de todos que vieram a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Esta Comissão tem força de polícia, vamos dizer assim, é como se estivesse aqui o Judiciário legislativo participando desta reunião. A Comissão Parlamentar de Inquérito deve ser aprovada pelo Plenário da Câmara Federal, tanto que nós temos hoje a CPI da PETROBRAS, a CPI dos Fundos de Pensão, a CPI do BNDES e a CPI dos Maus-Tratos aos Animais, demonstrando a dimensão do alcance que tem esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Ou seja, o resultado do relatório desta Comissão, com certeza, gerará novas políticas públicas e o respeito do Legislativo pelas questões da proteção dos nossos animais.

Eu queria aqui iniciar agradecendo às nossas taquígrafas, que vieram de Brasília, pela gentileza. Elas nos acolhem lá no Congresso Nacional e, quando os debates aguerridos têm certa celeridade, elas conseguem, com o pulso, a velocidade da fala dos Parlamentares. Eu queria agradecer muito o empenho.

Quero agradecer, da mesma forma, eu que já fui Deputado Estadual também, a todos os funcionários aqui da Assembleia Legislativa, da *TV Assembleia*, o carinho, a forma tão dedicada com que se empenharam para que esta sessão ocorresse, por solicitação da Deputada Janete de Sá, que é uma grande empreendedora na área da proteção animal, e pelo Deputado Hércules Silveira, que é um médico voltado a seres humanos, mas que tem esse viés da proteção ambiental.



Da mesma maneira, quero agradecer à Virgínia Brandão, que ocupa hoje a Subsecretaria Municipal, pelo seu trabalho, pela sua dedicação, e sei que, quando Vereadora, já se dedicava a essa causa.

Às protetoras que falaram aqui, à Lígia Diniz, com quem eu já tive a honra de poder participar de outras reuniões, quero dizer a vocês que as suas angústias são a nossa angústia.

Nós, no Congresso, estamos motivados, tanto eu quanto o Deputado Max Filho, por vocês. Se não fossem as protetoras, os protetores que nos abastecem de informações, que nos trazem propostas, nós não teríamos, obviamente, condições pela enorme diferença e minoria que nós somos hoje no Congresso Nacional.

Nós sabemos das dificuldades. Muitas vezes, tanto eu quanto o Deputado Max Filho, somos tratados como os Parlamentares dos cachorrinhos, dos gatinhos e não de forma grandiosa, mas de forma, vamos dizer, da não importância da causa.

Alguns estão começando hoje a perceber isso, porque os seus familiares, normalmente, têm apreço pelos animais, e isso dificulta a vida deles em casa. Quando chegam lá e o filho, a filha, o neto, a neta, o sobrinho, a sobrinha mostram no celular a foto dos animais ou questões de agressões, eles começam a reverter o comportamento.

Mas eu vou dar uma palavrinha breve só para dizer como é que essas coisas ocorrem. A questão ambiental é muito recente no mundo todo. Quando, em 1972, começou a ocorrer a chamada chuva ácida na Floresta Negra, na Alemanha, uma das grandes florestas da Europa, os alemães foram à Organização das Nações Unidas reclamar dessa questão, até porque eles não fabricavam produtos que formassem essas nuvens. E, obviamente, a Organização das Nações Unidas resolveu realizar o primeiro congresso mundial de meio ambiente, que foi em Estocolmo, na Suécia, em 1972, para deliberar por que essa chuva ácida vinha ocorrendo na chamada Floresta Negra. E eles verificaram que, em outros países, as indústrias emitiam um volume de poluição, e essa poluição se transformava na chamada chuva ácida, ou seja, nuvens que se precipitavam sobre a Floresta Negra e que estavam extinguindo a floresta. Elas queimavam, de forma ácida, as florestas.

Daí, o que ocorre? A Organização das Nações Unidas — ONU — resolveu ampliar mais o horizonte. Havia desertificação de terras, havia problemas de



mudanças climáticas e havia problemas com animais. E já em 1982, em Nairóbi, nós tivemos o segundo encontro mundial de meio ambiente, onde se aprofundou muito mais. E aí, em 1992, no Brasil, nós tivemos um grande encontro mundial sobre meio ambiente, no Rio de Janeiro, a chamada Eco92, onde tivemos o maior volume de chefes de Estado, que lá estiveram exatamente para verificar quais seriam as medidas que deveriam ser tomadas.

Tanto é verdade que, passados já mais de 20 anos, nós verificamos o que ocorre hoje, no Brasil: onde nós tínhamos enchentes, temos deserto; onde tínhamos área extremamente árida, hoje temos um volume de chuva intensa. Isso, na verdade, criado pelo ser humano. Nós deixamos que o planeta ficasse com sua camada de ozônio praticamente envelopada, e o aquecimento do planeta começou a ocorrer: as marés começam a subir, as áreas habitáveis começam a diminuir e há dificuldade em se entender o porquê da mudança do uso da terra. Por que isso está ocorrendo no mundo?

Aqui nós temos um grave acidente. Eu conversava ontem, quando chegamos de viagem, com o Deputado Max Filho. Nós vínhamos no avião conversando sobre a questão do Rio Doce. São cerca de 800 km de rio, que atingem dois Estados extremamente importantes para o País. Eu não sei se vocês sabem, mas os cientistas dizem que 65% da composição do corpo humano é água. Nós lutamos muito por petróleo. As avaliações que são feitas, no mundo inteiro, de valoração do potencial econômico são feitas em função do petróleo. Agora, se a gente perguntar: nós vivemos sem o petróleo? Com certeza, viveremos. Vamos andar a pé, vamos nos locomover com outro tipo de combustível, menos impactante do que os produtos fósseis. Mas 65% do corpo humano sendo composto por água, sem água nós não iremos sobreviver. Então, há o princípio básico de que a contaminação que ocorreu nos nossos rios por conta dessa questão da Samarco... Ontem, nós tivemos uma audiência pública sobre essa questão, lá na Câmara Federal, da qual eu e o Deputado Max Filho participamos. E nós vimos de tudo lá. Só não compareceu o representante da SAMARCO. Só. Mais nada. Quer dizer, a única pessoa que devia estar lá para dizer: "Olha, nós vamos tomar medidas, assumimos a culpa, vamos pagar aqui pelo passivo ambiental", não estava.



Outra coisa na área ambiental, — eu faço aqui um alerta a todos vocês — é o seguinte: é muito comum, quando vocês leem no jornal: “*SAMARCO (ou outras empresas na questão ambiental) autuada em um bilhão de reais*”. Todo mundo acha que esse dinheiro já está no cofre para poder executar as obras. Aí, o que acontece? Passam-se 2, 3, 4, 6 meses, ela recorre administrativamente. A multa é muito alta, a multa não está correta, não tinha parágrafo, vírgula, ponto, e por aí vai. Encerrado esse período administrativo, recorre à Justiça. Primeira instância: condenada não a 1 bilhão, mas a 500 milhões. Ótimo! Recorre ao tribunal. Com certeza, de 5 a 10 anos para ser julgada na segunda instância, pelo volume de processos. Outra coisa com que o Judiciário tem uma dificuldade enorme. O Judiciário precisaria começar a priorizar os seus julgamentos. A ordem verticalizada dos julgamentos nem sempre justifica a causa. Nós temos motivos muito maiores do que os daqueles que estão na fila. E aí se poderia simplesmente retirar esse processo e colocá-lo para ser julgado.

É muito melhor, hoje, na área ambiental, nós termos os Termos de Ajustamento de Condutas, os chamados TACs. Porque o TAC faz com que haja uma obrigação real. É como se fosse um título executivo. Não pagou, amanhã você executa a empresa para ela pagar; enquanto a multa dá margem a essa chicana, regimental ou processual que normalmente se faz.

Mas, voltando ainda à questão ambiental, há cerca de 60 anos ela inicia o seu processo. Quando nós tivemos a reunião da Rio+20, que foi no Rio de Janeiro agora recentemente, em 2012, fizemos uma grande reunião de proteção animal. Foi a primeira reunião paralela que nós promovemos lá no Rio de Janeiro, aberta, inclusive, pela Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. Estiveram presentes vários Chefes de Estado. O representante do Instituto Brigitte Bardot representou os grandes institutos. O grande baixista, que todo mundo conhece, Paul McCartney, mandou um representante. E lá estavam protetores de baleias, enfim, cada um com a sua especificidade, mas o importante é que foi o primeiro encontro paralelo de defesa animal dentro da Rio+20, ou seja, um documento que vazou para todos os países que compõem essa organização dentro das Nações Unidas. Isso é muito importante, porque foi um marco de se iniciar essa discussão no mundo, porque até então havia os países asiáticos, mais especificamente o Japão, no que diz respeito à



questão da pesca da baleia. Nós não permitimos no território brasileiro o consumo e a matança de baleias. As baleias jubarte passam pelo Estado da Bahia, provavelmente aqui nessa região também. O Brasil não permite a sua matança. Nisto a Marinha tem feito um trabalho interessante na vigilância das 200 milhas da nossa costa, uma ampliação um pouco maior do que essa.

Esse evento nos deu condições para iniciarmos um processo. Vou falar um pouco sobre o código nacional. Há 9 anos, apresentei um projeto de Código Nacional de Proteção Animal. Ele está dormente lá no Congresso. Por quê? Ele teria que passar por três Comissões, e aqueles que têm receio de que isso prospere ingressaram com um pedido para que houvesse um chamado congresso de Comissões, em que os Líderes teriam que indicar membros para que pudessem avaliar o código. E eu tenho dito: *“Olham, que votem contrário, mas que votem, que se exponham”*. O que não pode é ficar da maneira como está hoje, aguardando a votação.

Quanto fiz o projeto de lei estadual, Deputada Janete, quando era Deputado Estadual, nós aprovamos o Código Estadual de Proteção aos Animais. Tivemos o veto, derrubamos o veto e, depois de aprovado, ele sofreu três ADINs em três artigos. Hoje está com o Ministro Celso de Mello, no Supremo Tribunal Federal. Eu já conversei com ele, ele ainda não julgou. Portanto, o Código está em vigor e tem ajudado muitos promotores, juízes, protetoras e protetores dos nossos animais. Foi uma maneira que nós encontramos ...

No caso específico da penalidade, Deputada, em São Paulo, nós temos uma sentença inédita de uma juíza, que conseguiu ampliar essa pena. Nós temos hoje, como foi dito aqui pelo nosso tenente-coronel, uma lei muito branda: pena de 3 meses a 1 ano, convertida em serviços sociais, e o sujeito não fica nem com a ficha suja; é como se ele não tivesse sido penalizado. Eu apresentei um projeto. O Deputado Max Filho me ajudou nas Comissões, aprovamos esse projeto. Ele está, hoje, no Senado, aguardando a relatoria do Senador Álvaro Dias, que é do Estado do Paraná. Imagino que ele deva apresentar o seu relatório logo no início do próximo. E, com isso, se nós tivermos aprovada a lei, a pena muda de 3 para 5 anos, podendo ter agravante se houver mais de um autor do delito. Então, nós podemos duplicar a pena para 6 ou para 10 anos, o que vai ajudar bastante o



Ministério Público e o Judiciário a coibirem esse tipo de atividade, através da apresentação pelos protetores e pelas protetoras dos crimes que são cometidos.

Vou falar um pouco sobre a Polícia Civil e a Polícia Militar. Nós, quando começamos o trabalho nessa área, sempre tivemos em voga e é muito comum os protetores e as protetoras quererem delegacias de proteção animal em todos os Estados brasileiros, em todas as cidades brasileiras. Isso é muito difícil tanto para a Polícia Militar quanto para a Polícia Civil. Lá, em São Paulo, nós nos empenhamos nisso. Depois, nós verificamos o seguinte: aqui, no caso do Estado do Espírito Santo, são 78 municípios, dizia-me o Deputado Max Filho. O ideal seria a capacitação dos policiais civis e militares no que diz respeito ao atendimento dessas causas de proteção animal, Deputada Janete, porque, veja bem, se nós tivermos a capacitação através do Quartel da Polícia Militar ou da Academia da Polícia Civil, nós poderemos fazer com que eles entendam essa questão.

É muito como chegar um protetor a uma delegacia e dizer: *“Olhe, há um animal que está sendo sacrificado, há um sujeito causando maus-tratos.”* Normalmente, a Polícia Civil responde: *“Eu estou com dois homicídios, eu tenho um furto qualificado. Essa questão é de menor importância.”* E isso não é verdade, é uma questão de grande importância, porque são seres vivos, embora o Código Civil ainda trate como coisas, como se estivesse tratando de um objeto, uma bicicleta, um automóvel, uma bola de futebol. Não é! É de um ser vivo que nós estamos tratando.

Então, a capacitação da Polícia Civil e da Polícia Militar pode solucionar o problema, porque, quando se recorrer a um distrito policial, vai haver tranquilidade. Na Polícia Militar, será bom principalmente no resgate dos animais silvestres, que é muito comum. Lá, em São Paulo, nós temos a Serra do Japi. Lá há muitas onças suçuaranas e às vezes elas descem, porque os condôminos começaram a encostar na beira da Serra do Japi. E o que acontece? A Polícia Militar muitas vezes não tem instrumentos e não tem uma orientação de como proceder. Pega a rede? Pega o revólver? Dá anestesia? Não dá? Às vezes, isso ocorre mesmo com os animais domésticos. O sujeito fala: *“Olha, o gato fugiu de casa e está em cima de uma árvore. Como é que eu faço para resgatá-lo?”*

Então, o trabalho de capacitação dentro das polícias seria muito bom. Eu acho que essa poderia ser uma medida encarada pela Deputada Janete e pelo



Deputado Hércules como uma forma de fazer com que o Governo promova esses cursos de capacitação, com técnicos buscando expertise. Dentro da corporação da Polícia Militar e da Polícia Civil, temos sim, com certeza, aqui no Estado do Espírito Santo, pessoas habilitadas a apresentar esses cursos conjuntamente com outras áreas de atuação.

Em São Paulo, eu tenho um irmão que é Deputado Estadual, que foi Vereador e que instituiu lá dois hospitais públicos de cães e gatos. Nós temos uma visão muito equivocada dos Centros de Controle de Zoonoses — CCZ. Eles foram feitos para as endemias. Hoje se cuida de que no Centro de Controle de Zoonoses? Em tese, deveria se cuidar da doença da dengue. Antigamente era da raiva, hoje é da dengue e de outras endemias, como de roedores, de abelhas. Concomitantemente, deveríamos ter hospitais públicos que pudessem absorver esse trabalho que o controle de zoonoses não faz hoje. Ele virou um ajuntamento de animais domésticos ou de animais silvestres e não sabe exatamente o que fazer com aquilo.

Outro dia, nós discutimos no IBAMA, em Brasília: a Polícia Federal, com o apoio do IBAMA, às vezes apreende um traficante e deixa o próprio traficante como fiel depositário. E eu disse que isso era um absurdo! É a mesma coisa que pegar um assaltante de banco com uma maleta de dinheiro, que é fruto do assalto, e dizer: *“Olhe, você fica com o dinheiro até a gente identificar se é do banco ou não”*. É a mesma coisa. Como é que se vai deixar o animal com o traficante?

Existem três itens no mundo que mais arrecadam dinheiro em termos de tráfico: armas, drogas e animais silvestres. O filhote de arara-azul, hoje, na Alemanha, vale de 8 a 10 mil dólares. Imaginem um tubo de PVC todo perfurado. Se forem levados dez animais anestesiados e oito chegarem vivos lá, quanto valem esses animais fora do Brasil? Várias apreensões já foram feitas e estou colocando a arara-azul porque é um animal raro, custa muito caro, mas não é só a arara-azul.

Uma cobra foi furtada do Zoológico do Rio de Janeiro e vendida por 500 mil dólares, porque o filhote dessa cobra branca, que era uma cobra genuína branca, era vendido por 30 mil dólares nos Estados Unidos. O IBAMA foi, inclusive, buscar esse animal, a pedido do Governo norte-americano e pago por ele. Então, nós temos que repensar um pouco essas questões no Brasil.



A nossa querida protetora falou aqui sobre a questão dos humanos e dos animais. Isso é muito comum para nós. É muito comum as pessoas dizerem: *“Por que vocês não param de se preocupar com bicho e não vão cuidar de crianças e de idosos?”* E eu pergunto uma coisa a vocês: é matéria divergente? Não é. É matéria convergente. Nós temos que atuar nas duas linhas, nas duas pontas.

A minha mãe tem uma entidade de proteção aos idosos há muitos anos. Eu até brinco com ela dizendo que ela faz defesa em causa própria, porque ela é idosa e está lá com os idosos. Ótimo, não tem problema nenhum! Agora, tem quem cuida dos idosos, tem quem cuida das crianças e tem quem cuida dos animais. Ou seja, não há nenhum tipo de ingerência e de problemas. Tanto é verdade que já existem hospitais no Brasil — e já vi alguns lá, no Estado de São Paulo — em que os médicos estão passando pacientes com cães. Eles até brincam: “o cão é o doutor”, dão um nome ao cão. Isso é um ânimo para as pessoas; aquilo resgata a autoestima do sujeito que está sendo tratado no hospital, só pela passagem daquele animal, que está lá, abanando o rabo, querendo dar uma lambida no sujeito. A pessoa fica extremamente gratificada e confortada, ou seja, o animal hoje está sendo utilizado por questão benéfica. E, hoje, tem um animal na Escola Paulista de Medicina que virou funcionário da escola, ganhou crachá. Ele vai com o crachá pendurado visitar os pacientes junto com o médico. Isso mudou a vida do hospital. Então, dizer que há divergência na questão da observação dos animais e dos seres humanos não é verdade, são todos seres vivos e não há por que a discriminação nesta questão.

Quero agradecer por uma coisa que não foi dita aqui. O Deputado Max Filho é econômico quando fala de si. E eu vou... Tenho aqui por obrigação... S.Exa. está terminando de elaborar o Manual Jurídico de Proteção Animal. E soube de algo que vou adiantar, embora não devesse fazê-lo. Eu deveria deixar S.Exa. anunciar isso mais para frente. O manual jurídico que S.Exa. me mostrou é muito importante para os protetores, porque ali existem peças de representação ao Ministério Público, de representação à Polícia Militar, de representação ao IBAMA, existem modelos de boletins de ocorrência. Inclusive, parece-me, que no preâmbulo estará a lei que instituiu aqui, em Vila Velha, no Estado do Espírito Santo, exatamente o início do processo. Isso vai ajudar muito, porque muitos protetores e protetoras nem sempre têm profissionais da advocacia para apresentar denúncias. Além disso, ali tem



exatamente a legislação que permite àquele que está fazendo a denúncia, muitas vezes, contraditar alguém, uma autoridade que diga o seguinte: “*Não é uma observação que devemos levar em consideração.*” “*Não, está aqui a lei que diz isso...*”

Então, saúdo o Sr. Deputado Max Filho pela iniciativa desse grande material, que, com certeza, poderá ter dobrada a sua tiragem, porque, não tenho dúvidas, ele vai ser um grande indutor de políticas públicas voltadas à proteção animal, aqui, no Estado do Espírito Santo.

E o material que estamos coletando aqui a Sra. Deputada Janete já se prontificou a entregar ao Sr. Deputado Max Filho, que vai apresentar à Câmara Federal, para que possamos incluir em nosso relatório, os indicadores apresentados.

Aquele material que as protetoras tiverem deverão ser encaminhados a nós, para que possamos colocar nessa graduação, como dissemos: primeiro, a solicitação da votação dos projetos de lei; segundo, no caso, para que possamos ter indicações — e dou exemplo do caso do aquário, em São Paulo, para o qual o sujeito resolveu adquirir dois ursos polares. Em São Paulo há muita neve. Provavelmente, em função disso, ele adquiriu os ursos polares.

E temos um problema muito sério para devolver esses animais para a Rússia, que é o País de origem, de onde eles vieram: um deles veio de um zoológico; o outro, segundo informações, foi abandonado pela mãe na natureza. Não acreditamos muito nessa história. Mas, como não temos expertise na área dos ursos polares, os chamados “*bears*”, nos Estados Unidos, de onde conseguimos pegar um pouco do histórico desses animais, a ideia é sugerir que eles ampliem o local, que eles parem de colocar ar condicionado e coloquem gelo de verdade, porque as pedras pintadas de branco não dizem nada. A vegetação é toda plástica e também não faz sentido. E o espaço que eles têm de 400 metros, segundo orientação daqueles que lidam com esses animais, deve ser de aproximadamente de 1400 a 1500 metros. Então, vamos sugerir que eles façam isso. Por quê? Porque se os devolvermos para a Rússia, segundo informação que chegou da própria embaixada, em Brasília, não sabemos que destino esses animais lá terão. Provavelmente, serão vendidos para qualquer outra área. Não importa se faz calor, se faz frio, se tem gelo,



se não tem gelo. Não há essa preocupação do governo russo no que diz respeito aos ursos polares.

E esse sujeito, que, na minha opinião, é um psicopata, resolveu agora dizer que vai trazer um urso panda para o Brasil. Quer dizer, é uma coisa insensata. Não há nenhuma justificativa, a não ser buscar recurso, porque nesse aquário, por exemplo, ninguém vai para ver peixe ou tartaruga. Todo mundo vai para ver o tal do urso polar. Quem não pode viajar para ver um urso polar, não é?

Aliás, tem uma coisa muito curiosa, viu, Deputado Max Filho? Quando eu fui a uma missão na Antártica, um sujeito que não conhecia um pouco a área de proteção animal, disse: *“Poxa, eu fui à Antártica e não vi um único urso”*. Aí, o sujeito olhou para ele e disse: *“Mas você também não viu pinguim”*. E ele falou: *“Não, porque pinguim só dá no Polo Norte, e urso só dá no Polo Sul”*. É o inverso: urso só dá no Polo Norte e pinguim só dá no Polo Sul. Por isso o urso não se alimenta de pinguins, só de peixes.

Então, nós não temos hoje uma especialidade nessa área de atendimento e algumas coisas que foram apresentadas na CPI, mas nós vamos justificar. E aqueles casos, obviamente, como é o caso específico do Rio Doce, que com certeza a fauna foi extremamente afetada, nós iremos solicitar o indiciamento dos responsáveis para que não haja mais isso e seja esse o modelo para o Brasil todo de se coibir uma medida como essa que foi feita aqui.

Por último, agradeço a possibilidade de participação da Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional aqui, e, Deputado Max Filho, a sua solicitação foi aprovada por unanimidade. Parabéns V.Exa., a Deputada Janete, o Deputado Hércules e todos os membros que participaram hoje aqui da nossa CPI. Assim que o relatório ficar pronto, eu solicitarei ao Deputado Max Filho que o faça chegar a suas mãos para poderem observar tudo o que foi feito.

E, por último, usem muito a Internet. Se vocês conseguirem acessar a Internet, mandando para o Presidente da Câmara Federal, para o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, para a própria CPI, é fundamental.

O que não der para fazer agora, porque a nossa CPI termina no dia 4 de dezembro, e nós pedimos prorrogação por mais duas semanas para aprovar o relatório final. Nós estaremos na Comissão de Meio Ambiente criando uma



Comissão específica, uma Subcomissão dentro da Comissão de Meio Ambiente, para cobrar todas as medidas que foram geradas pela Comissão Parlamentar de Inquérito.

Parabéns a vocês pela iniciativa, pela dedicação, pelo carinho e pelo empenho com os nossos animais.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Max Filho) - Obrigado, Deputado Ricardo Tripoli.

Nós estamos caminhando para o encerramento do nosso seminário, do nosso debate.

Eu quero também agradecer a presença de todos, a companhia do Deputado Ricardo Tripoli, que, na verdade, é a nossa referência maior nessa área em nível de Brasil. Para mim, especialmente, que sou colega Parlamentar e colega de bancada, quando o Líder quis fazer a indicação do meu nome para a CPI, eu, antes de aceitar, conversei com o Deputado Ricardo Tripoli para saber se nós iríamos mesmo para esta CPI, porque estava reservado um papel de não menos importância à nossa bancada.

O Deputado Ricardo Tripoli não seria o Relator, a princípio, e nós estaríamos só dando o nome. E, nessa condição, eu falei: “*Não, se o Tripoli não tiver um espaço para fazer esse trabalho, que nós confiamos que ele é o nosso grande mentor nessa área*”. E aí, feito esse acordo, nós aceitamos integrar a CPI e estamos juntos lá. Queremos prestigiar o trabalho do Deputado Ricardo Tripoli — eu sou “gargarejo” dele nesse assunto. Eu sou um aluno aplicado e ele é um grande professor.

Quero agradecer a presença e a companhia dos Deputados que nos honraram com suas presenças, a Deputada Janete de Sá, que nos provocou originalmente, e o Deputado Hércules Silveira, que também tem integrado as fileiras dessa proteção animal. Agradeço a todos os convidados que compareceram aqui e às pessoas que vieram espontaneamente dar a sua contribuição.

Agradeço a presença e a participação de todos, da equipe da Câmara Federal, das taquígrafas que estão aí, o Paulo também, Secretário da Comissão. O Deputado Ricardo Tripoli estava falando sobre as taquígrafas, não é? Ontem, especialmente, foi um pinga-fogo naquele plenário, porque o Eduardo Cunha não



queria deixar funcionar o Conselho de Ética. E eu estava vendo lá a senhora que coordena as taquígrafas. Eram vários microfones de aparte, todo mundo querendo falar ao mesmo tempo, ela anotando e passando um rádio dizendo: “*Fulano de tal, fulano de tal*”. Ela tem que saber os nomes dos 513 Deputados para saber quem está falando e em que momento. *(Riso.)*

E ontem foi um dia muito complicado. Nós tivemos que dar as costas à Mesa Diretora e saímos naquele cortejo em razão dessa situação absolutamente constrangedora para o povo brasileiro, para a Câmara Federal como um todo. Estamos sendo submetidos a esse constrangimento.

Nós ainda estamos sob o efeito do desastre lá em Mariana e estamos colhendo os efeitos aqui no Espírito Santo. A lama está chegando, possivelmente no dia de hoje, a Regência, onde o Rio Doce se encontra com o mar. Lamentavelmente a Presidente da República edita uma medida provisória chamando o acidente de desastre natural. Se há algo que não foi, é desastre natural. Não é natural que ocorra esse tipo de acidente ambiental, de crime ambiental. E hoje toda a fauna, a flora, enfim, a vegetação, o rio...

Ontem eu recitei da tribuna da Câmara um trecho de um poema de Carlos Drummond de Andrade de 1984. Eu mostrei ao Deputado Ricardo Tripoli antes de falar. Ele pergunta: “*O Rio? É doce. A Vale? Amarga*”. E vai adiante com a dívida interna, a dívida externa, a dívida eterna, e conclui dizendo que nós exportamos muito ferro e derramamos muitas lágrimas sem berro. É o poeta se transformando em profeta, lá nos idos de 1984.

É interessante. A gente já vinha conversando também, eu e o Deputado Ricardo Tripoli. Cogitamos até a possibilidade de trazer os dirigentes da Samarco em razão dos maus-tratos a animais. Mas, enfim, ele já anuncia aqui o início desses efeitos deletérios que nós estamos colhendo aqui no Estado do Espírito Santo.

Não quero mais me alongar, mas quero agradecer a presença e a participação de todos que contribuíram de forma direta para este evento, e quero encaminhar os nossos encerramentos.

Não havendo mais inscritos para o debate, não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos e encerro o presente seminário.

Muito obrigado. Um abraço a todos. *(Palmas.)*